Reagrupamento Revolucionário

Terceiro trimestre de 2012

Ano II Nº03

O Marxismo e a Questão Negra no Brasil

A Juventude e a Necessidade de um Partido Revolucionário

P. 26

O Futuro da Coréia do Norte

P. 31

O Marxismo e a Questão Negra no Brasil

Pela Emancipação dos Negros Através da Revolução Socialista!

Por Leandro Torres, maio de 2012

Desde a sua gênese o modo de produção capitalista sustenta as mais variadas formas de opressão, que possuem uma expressão para além da exploração direta de uma classe pela outra. Nós as chamamos de *opressões especiais*, que incluem opressões a nacionalidades, às mulheres, a minorias religiosas, às minorias sexuais, a grupos étnicos ("raciais"), etc. – merecendo todas elas a devida atenção dos revolucionários. Cada uma dessas formas de opressão existentes sob o capitalismo possui uma origem histórica e uma dinâmica próprias, e nem todas surgiram na "era do capital". Mas a sua sobrevivência é um indício de que são reproduzidas ao *nível material*, estando inseridas na lógica do sistema e a ela atendendo.

É imperativo que os marxistas tratem destas opressões, já que a classe trabalhadora não pode jamais defender a si mesma de maneira efetiva sem levar a cabo o combate contra elas, e nem pode liderar uma revolução sem se tornar a protagonista na defesa de todos aqueles oprimidos pelo capitalismo. Em um de seus livros mais conhecidos ("O que Fazer?"), Lenin polemizou contra as correntes "economicistas" entre os socialistas do seu tempo, que tendiam a dar foco somente a questões da luta direta entre capital e trabalho. Neste livro, Lenin insistiu que os revolucionários deveriam ser "tribunos do povo" ao lutar pela liderança da classe na luta contra qualquer manifestação de opressão e injustiça.

Opressão aos negros e a superexploração

Nesse artigo focaremos na opressão aos negros e suas características sob o capitalismo brasileiro. Acreditamos que o racismo no Brasil possui um vínculo profundo com a dinâmica da acumulação de capital em nossa formação social, além de ser uma forma de opressão que afeta ampla camadas da população brasileira. Assim, combate-lo de forma efetiva possui uma considerável importância estratégica para aqueles interessados na construção do socialismo.

A dinâmica de funcionamento do capitalismo leva naturalmente a uma *tendência à queda da taxa de lucro*. Apesar de tal tendência ser inerente ao funcionamento do sistema, a burguesia realiza uma procura incessante por formas de compensá-la parcialmente, buscando elementos no processo de produção que possam ter seus valores reduzidos, maximizando assim o lucro obtido. Um desses fatores é o salário; constituindo a força de trabalho do proletariado uma mercadoria à disposição da burguesia, esta sofre constantes ataques, diretos e indiretos, como forma de tentar compensar tal queda.

Uma das formas mais tradicionais que a burguesia se utiliza para garantir um "arrocho" permanente dos salários é manter uma considerável parcela da força de trabalho disponível desempregada, o que é propiciado tanto pela automatização da produção quanto pela manutenção desnecessária, do ponto de vista técnico, de longas jornadas de trabalho para os operários empregados – já que estas poderiam ser melhor divididas entre o conjunto da mão-de-obra disponível. Essa massa de desempregados que ajuda a empurrar os salários para baixo devido ao aumento da competição por postos de trabalho é o que Marx nomeou "exército industrial de reserva". E basta repararmos: toda vez que os índices de desemprego aumentam, a média salarial cai.

Mas essa medida não é a única saída encontrada pela burguesia. Alguns tipos de opressões especiais também entram no arsenal usado para atacar os trabalhadores, servindo às vezes como um importante pilar de sustentação do sistema. No caso do racismo, assim como de outros tipos de opressão com uma dinâmica similar, a situação à que são submetidos os negros cumpre um duplo papel para a burguesia: permite a *superexploração* de parcelas da classe trabalhadora em termos de salários e condições de trabalho, e cria divisões em seu seio, dificultando assim a unidade de classe na hora das lutas.

Toda e qualquer forma de opressão parte do princípio *ideológico* de que existem diferenças entre os indivíduos capazes de hierarquizá-los entre melhores e piores, inferiores e superiores. E na maior parte das vezes essa diferenciação é apontada como permanente, irreversível. Uma distorção da realidade tal como essa é muito útil para justificar a exploração do homem pelo homem, principalmente quando esta assume formas gritantes.

A escravidão é um exemplo clássico, e que muito nos

Índice

Reagrupamento Revolucionário

Blog temporário: reagrupamento-rr.blogspot.com
Site (com seção em português): regroupment.org

Rio de Janeiro: Cx. Postal 50048 - RJ, 20050-971
reagrupamento.revolucionario@gmail.com
Nova York: P.O. Box 542 - Brooklyn, NY 11204
revolutionary_regroupment@yahoo.com

interessa aqui: justificativas pseudocientíficas e também religiosas foram, durante muito tempo, empregadas para legitimar a escravização dos negros africanos (e de outras etnias), permitindo a larga utilização desse tipo de mão-de-obra na exploração das riquezas do "Novo Mundo". E o legado ideológico e institucional deixado pela escravidão negra é de fato a raiz da opressão a qual estão submetidos os negros brasileiros.

Sob o capitalismo, tais hierarquizações socialmente construídas são muito úteis, pois quando aceitas em larga escala permitem o pagamento de salários menores, o preenchimento de postos de trabalho mais indesejados e a submissão a diversas formas de superexploração, como uma jornada de trabalho maior, piores condições de trabalho, direitos trabalhistas flexibilizados ou mesmo ausentes, etc. Dizemos *superexploração,* pois esses métodos representam uma exploração de tipo especial, que não é aplicada a toda a classe trabalhadora, mas sim a parcelas específicas dela, e sempre com maior intensidade.

Essa superexploração, quando assume proporções amplas, de caráter regional ou mesmo nacional, muitas vezes acaba por criar *castas* no proletariado, marcadas economicamente por tal condição de superexploração e identificadas enquanto grupo específico a partir das ideologias opressivas que legitimam tal exploração mais intensa. Os membros dessas castas são muitas vezes tratados como "cidadãos de segunda classe", o que faz com que tenham demandas para além daquelas condicionadas à sua situação de classe econômica, derivadas da combinação da segregação material com a opressão a que são sistematicamente submetidos.

É importante ressaltar que as opressões não afetam apenas o proletariado, atingindo também parcelas da burguesia e pequeno-burguesia. Entretanto, seu efeito sobre estas classes é diferenciado, uma vez que suas condições sociais e posições dentro do sistema de produção fazem com que o impacto *material* das opressões seja bastante atenuado.

Outra enorme utilidade que as opressões apresentam ao sistema capitalista é o enfraquecimento do proletariado enquanto classe. Pois as ideologias que justificam perante o conjunto da sociedade a superexploração de determinadas parcelas da classe trabalhadora também afetam os próprios trabalhadores, fazendo com que estes se *dividam* e se envolvam em conflitos entre si. É comum, por exemplo, encontrarmos trabalhadores machistas, racistas, xenófobos, etc. – posturas ideológicas que impedem que os trabalhadores se reconheçam enquanto um grupo específico com interesses estratégicos em comum, ou seja, de atingirem a necessária *consciência de classe*. E além de impedir uma união de todos estes enquanto classe, nos momentos de maior estabilidade econômica isto também contribui para manter os trabalhadores mais oprimidos em um estado de passividade, gerado pelo sentimento de fragilidade e de isolamento do restante da classe.

Os números do racismo brasileiro

A situação de opressão especial a qual estão submetidos os negros brasileiros fica evidente ao analisarmos a sua atual condição social em comparação ao restante da população. Os negros constituem 55,2% da população masculina do país e 49,7% da feminina **[*]**. Significativamente, 33,2% da população negra encontra-se abaixo do que se considera a "linha da pobreza", enquanto para não-negros os números caem para menos da metade, 14,5% **[1]**. Os negros são maioria nas categorias mais precarizadas e com menores salários, sendo evidente que são as principais vítimas da ***terceirização***, uma das faces mais agudas da precarização do trabalho: na cidade de Belo Horizonte, por exemplo, 4,6% dos negros atuam como trabalhadores terceirizados, enquanto entre os não-negros o número cai para 2,7%. **[2]**

Uma pesquisa publicada pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socieconômicos) em 2007 aponta que o número de negros cursando o ensino superior no país chega a ser cinco vezes menor do que o número de não-negros (caso de São Paulo). No que tange o desemprego, na cidade onde a diferença é maior (Porto Alegre), ela chega a 46%, sendo ainda significativa onde a mesma é menor (Recife): 17% a mais de negros desempregados.

Outros dados do mundo do trabalho são tão significativos quanto: a vulnerabilidade no mercado de trabalho (classificada como "assalariados sem carteira de trabalho assinada, autônomos que trabalham para o público, trabalhadores familiares não remunerados e empregados domésticos") chega a ser 50,8% maior entre as mulheres negras se comparada aos homens não-negros (Recife). A jornada de trabalho e os salários também comprovam uma nítida desigualdade racista imposta ao proletariado brasileiro: a diferença de horas trabalhadas é maior para negros em todas as metrópoles analisadas pelo DIEESE, chegando a ter uma diferença de 4 horas em Recife.

Já no que diz respeito aos salários, os negros chegam a receber em média 52,9% do salário de um trabalhador não-negro (Salvador), diferença que vai para alarmantes 37,6% se cruzados com dados de sexo — sendo esta a porcentagem que recebe uma trabalhadora negra do salário de um trabalhador não-negro). **[3]** Dados do IPEA, baseados

em pesquisas do IBGE apontam ainda que, se a diferença entre salários de negros e não-negros diminuiu entre 1993 e 2006 foi porque o salário dos últimos *diminuiu*, e não porque o salário dos negros aumentou!

Também é possível verificar essa forte opressão em aspectos não-econômicos, como a repressão policial. Uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo relatou que 51% dos negros declararam já ter sofrido discriminação por parte da polícia, enquanto entre os que se declararam da cor branca, esse número cai para 15%. **[4]** Da mesma forma também os assassinatos pela polícia são muito maiores entre os negros: de acordo com estudo do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), no estado do Rio de Janeiro, onde os que se declaram "pretos" são 11,1% da população, eles totalizam 32,4% de todos os assassinatos cometidos pela polícia. **[5]**

Os dados aqui apresentados, ainda que não deem conta de todos os aspectos materiais do racismo brasileiro, são suficientes para deixar claras as gritantes desigualdades racistas impostas aos trabalhadores e trabalhadoras negros. Eles são suficientes para derrubar por terra o mito do "Brasil Potência" com cada vez menos desigualdade social que o PT e seus aliados de governo vêm promovendo desde os mandatos de Lula: o *slogan* "Brasil Para Todos" não passa de mais uma ilusão criada pelos poderosos.

Esses dados demonstram como o racismo é um dos pilares de sustentação do capitalismo brasileiro, pois sem a superexploração engendrada por ele as taxas de lucro da burguesia nacional seriam drasticamente alteradas, bem como aquelas das diversas burguesias imperialistas estrangeiras que se dominam no país via suas multinacionais. Da mesma forma, o *machismo* cumpre papel equivalente, o que fica claro pelos dados cruzados de cor e sexo que apresentamos, sendo sem dúvidas as ***mulheres negras*** o setor mais explorado do proletariado brasileiro.

O racismo enquanto ideologia

Logo, as opressões especiais são um verdadeiro trunfo para a burguesia, funcionando como um óleo lubrificante que faz as engrenagens defeituosas de seu sistema funcionarem um pouco melhor por certo tempo, prolongando assim sua existência. Por esse motivo o capitalismo, enquanto sistema, permitiu a continuidade de ideologias opressivas anteriores a ele (como o machismo e tantos outros tipos de preconceitos) e também gerou novas formas de opressão, como o próprio *racismo*, produto da época capitalista. O trotskista norte-americano Richard Fraser, cujos trabalhos constituem um elemento chave para a nossa compreensão teórica da opressão contra os negros apontou que:

> "As revoluções [burguesas] na Grã-Bretanha, Estados Unidos e França lançaram fora o véu da religião de cima do conhecimento e iniciaram uma época de ciência e racionalismo. As relações sociais não poderiam mais ser explicadas com referências a Deus. Então uma falsa explicação 'científica' das relações sociais escravistas nasceu para justifica-las. Esta é a verdadeira origem da ciência da antropologia biológica."
>
> "A própria escravidão [nos EUA] foi derrubada na Guerra Civil e na Reconstrução. Mas as necessidades dos capitalistas norte-americanos por trabalho agrícola compulsório no Sul permaneceu. Um novo modo de funcionamento semi-capitalista da agricultura cresceu, no qual a condição semiescrava dos negros libertos foi tornada permanente com o restabelecimento de relações sociais típicas da escravidão: discriminação com base na cor reforçada pela segregação e preconceito de raça."
>
> "Raça se tornou então um fetiche do capitalismo norte-americano, um sistema especial de exploração baseado nas relações sociais e costumes de um modo de produção prévio, que tinha sido em si próprio uma abominação para a sociedade. Retirada a justificação científica, o que resta da *raça*? Raça é uma relação entre pessoas baseada nas necessidades da exploração capitalista. O conceito de raça na antropologia nasceu das relações sociais

da escravidão. Ele foi mantido pela adaptação dessas relações sociais obsoletas às necessidades da produção capitalista."

***A luta dos negros e a revolução proletária*, Richard Fraser. Disponível em:**
http://www.marxists.org/history/etol/document/icl-spartacists/prs3-fraser/08negrostruggle.html

Hoje crenças explícitas a respeito de inferioridade racial ligada a argumentos pseudocientíficos são amplamente consideradas descreditadas por todos, com exceção dos mais reacionários. A maioria daqueles que possuem as formas mais típicas de preconceito racial normalmente se referem a outras justificativas para suas crenças e frequentemente negam ter preconceitos. Assim, a opressão contra os negros permaneceu sob o capitalismo nos países que saíram da escravidão, mesmo que a justificativa ideológica inicial não seja mais comumente aceita.

Essa permanência se explica, antes de tudo, pelo fato de mitos sobre inferioridade racial terem sido profundamente inseridos na cultura popular e na consciência da sociedade de muitas formas. E se não é mais socialmente aceitável para a maior parte dos políticos, da mídia e da educação burguesa sustentar *abertamente* o racismo simplesmente com base na cor da pele, na sua tentativa, por exemplo, de encontrar bodes expiatórios para a violência provocada pelo capitalismo, surgiram mil e uma justificativas para culpar ou associar os negros com a criminalidade, como forma de tentar justificar a brutalidade policial conhecida por todos. No geral, ao abandonar seu invólucro pseudocientífico, o racismo assumiu uma expressão diferente. O racismo adaptou-se como uma ideologia burguesa para a legitimação da condição social pauperizada em termos de renda, moradia e condições de vida de grande parte da população negra, associando a cor da pele com atitudes de ignorância, "malandragem" ou preguiça e degradação moral de forma geral. Os capitalistas buscam justificar mazelas que são inerentes ao capitalismo, como o desemprego, apontando como causa a "falta de interesse" que eles projetam sobre o componente mais segregado e oprimido do proletariado.

Precedentes históricos do racismo no Brasil

O peso do racismo na atual realidade brasileira deriva em grande parte do passado da nossa formação social, que em determinado momento de sua época colonial passou a ter em escravos negros trazidos da África a sua principal fonte de mão-de-obra. Esse passado colonial e escravista é extremamente complexo e merece uma análise à parte. Entretanto, podemos afirmar que a atual situação dos negros em nossa sociedade está fortemente ligada à maneira como a escravidão chegou ao fim.

A escravidão não terminou como resultado de uma revolução completa, marcada pela ascensão ao poder de setores populares ou dos próprios escravos. Enquanto alguns destes setores, como a pequeno-burguesia urbana abolicionista e também os escravos (principalmente através do método de fugas) prestaram um papel na luta contra o sistema escravista, a transição para o capitalismo industrial não foi fruto da derrubada dos grandes proprietários de terras. Apenas no começo do século XX essas elites agrárias, de forma gradual e compactuada, passaram a repartir o poder com uma incipiente burguesia industrial brasileira que ainda estava a se desenvolver enquanto classe.

Os escravos que fugiam para quilombos ou mesmo para cidades distantes dos seus senhores afetavam apenas parcialmente o sistema de produção vigente, ao libertar sua própria força de trabalho. Assim, mesmo quando a escravidão deixou de existir em larga escala, o poder político e econômico dos antigos proprietários de terra se manteve, por ter se mantido a sua propriedade. A emancipação *parcial e incompleta* dos negros gerou uma contradição que permitiu que estes continuassem na condição de explorados por uma classe dominante branca e proprietária de terras – a mesma classe que tanto difundiu a ideologia racista para justificar a escravidão.

A realidade do negro no campo após a escravidão assumiu diferentes formas, desde o trabalho assalariado até a obtenção de pequenas propriedades para plantio e subsistência. Nos centros urbanos, impedidos pela ideologia racista e pela falta de qualificação técnica de ocuparem diferentes postos de trabalho, muitos foram empurrados aos trabalhos pior pagos e com as mais árduas condições. Isso ainda se intensificou em algumas cidades onde o trabalhador imigrante europeu recebia a preferência, como São Paulo. E apesar de muitas transformações sociais desde então, essa condição de segregação sistemática dos negros se faz extremamente presente até hoje.

O integracionismo reformista

Ficando evidente a presença e intensidade do racismo na sociedade brasileira e a segregação a ele ligada, cabe discutir a melhor estratégia para superar tal situação. Uma das propostas mais fortes hoje nos movimentos

sociais é aquela defendida pelas correntes majoritárias do **PT** e pelo **PCdoB**, e que tem como pano de fundo a busca por melhorias para os negros por dentro do Estado e em colaboração com a burguesia brasileira.

Esse tipo de programa é o que nós marxistas caracterizamos enquanto um ***integracionismo reformista***, uma estratégia que lida com a questão negra sob a perspectiva de uma *integração gradual* dos negros às "condições plenas de cidadania", ou seja, a busca da igualdade a longo prazo, com bastante paciência e negociação entre as classes e, claro, nos limites do capitalismo. E assim como o PT e o PCdoB, historicamente as organizações reformistas do movimento negro brasileiro têm reivindicado essa mesma estratégia, conscientemente ou não.

A estratégia do integracionismo reformista, além de não ter conseguido nenhum avanço significativo após quase 10 anos de governo do PT, demonstrou seu fracasso quando um "Estatuto da Igualdade Racial" foi posto em discussão no Senado, espaço dominado pela burguesia e seus partidos. As poucas demandas minimamente significativas do projeto, que em si já eram totalmente ineficazes, foram rejeitadas durante o debate. **[6]** Isso foi mais uma demonstração clara de que a burguesia brasileira tem um interesse objetivo na manutenção do racismo, algo que o PT e PCdoB se recusam a reconhecer. Enquanto isso, estes partidos continuam trabalhando para sustentar o sistema que mantém os negros nas condições de superexploração e de repressão policial intensa.

Para além desses dois partidos, uma das principais organizações do movimento negro e que não rompe com os marcos do capitalismo é o **Movimento Negro Unificado (MNU)**, ainda que este tradicionalmente tenha adotado táticas e reivindicações mais radicais e que denuncie a farsa que é a política do governo do PT para a questão negra. O MNU não busca alianças políticas abertas com a burguesia brasileira, mas afirma que uma solução progressiva para os negros é possível sem uma ruptura revolucionária com o modo modo de produção capitalista:

> "A militância do MNU entende que após o I CONAPIR [Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, convocada e realizada pelo governo Lula em 2009], quase nada das demandas dos negros de todo o Brasil foi implementado; Que negras e negros devem se manifestar pela cobrança ao governo, do porque do não avanço de questões emergenciais como: A titulação das terras quilombolas, da lei 10.639; Na proteção da vida de nossa população e nossos jovens; No combate aos crimes religiosos; Nas garantias da mais ampla dignidade e cidadania, com investimentos do governo que proporcionem conforto às populações negras, indígenas e pobres (...)".
>
> "O MNU, em seu XVI Congresso Nacional, decidiu que não é contra a ideia de um Estatuto da Igualdade, mas, CONTRA O TEXTO ATUAL, entendendo que o **Estatuto da Igualdade Racial** deve ser retirado da pauta do Congresso Nacional, até que, após ampla discussão por negros e negras de todo o Brasil, um novo projeto possa ser apresentado, definindo e unificando a posição da entidade nacionalmente, sobre o tema."
>
> ***XVI Congresso Nacional do MNU*, disponível em:**
> http://mnu.blogspot.com/2009/07/xvi-congresso-nacional-do-mnu-delibera.html

Os limites do MNU estão no fato de que ele não busca uma intervenção protagonizada pela classe trabalhadora brasileira, a única com o peso e posição social para combater os capitalistas com sucesso. O movimento se propõe a criar uma "organização política negra" sem distinção de classe, obscurecendo o fato de que o racismo é uma necessidade do capitalismo brasileiro e que, portanto, só pode ser superado com uma revolução que derrube a burguesia brasileira.

As estratégias reformistas para a questão negra, em todas as suas variantes, só fariam sentido se o racismo no Brasil não possuísse um *caráter estrutural* enraizado no capitalismo, e se as desigualdades que hoje existem fossem apenas resquícios do período escravista. Ou seja, o integracionismo reformista não ataca diretamente a classe, o Estado e o sistema econômico que reproduzem e mantém vivo o racismo.

Altos e baixos do movimento negro brasileiro

A primeira organização de peso que propôs organizar a população negra no país, a **Frente Negra Brasileira (FNB)**, foi fundada em São Paulo 1931. Defendendo medidas que trouxessem igualdade de direitos entre negros e brancos, a FNB constantemente vacilava entre uma organização assistencialista, baseada na promoção de atividades culturais e esportivas, e uma organização de reivindicações por dentro da "ordem". Transformada em partido em 1933, a FNB foi proibida em 1937 junto aos outros agrupamentos partidários com o endurecimento do regime Vargas. Como demonstra o relato de um de seus antigos membros, sua existência cumpriu um papel positivo na organização e tomada de consciência por parte da população negra:

> "Existiam diversas entidades negras [em São Paulo]. Todas essas entidades cuidavam da parte recreativa e social, mas a Frente veio com um programa de luta para conquistar posições para o negro em todos os setores da vida brasileira. Um dos seus departamentos, inclusive, enveredou pela questão política, porque nós chegamos à conclusão de que, para conquistar o que desejávamos, teríamos de lutar no campo político, teríamos de ter um partido que verdadeiramente nos representasse."

Trecho extraído do depoimento de Francisco Lucrécio para o livro *Frente Negra Brasileira.* Disponível em http://www.quilombhoje.com.br/frentenegra/franciscolucrecio.htm.

Porém, colocadas fora dos *marcos de classe*, essas reivindicações por igualdade esbarram em muitas limitações, pois são niveladas segundo os interesses das camadas mais favorecidas dos negros, cujas demandas são mais facilmente assimiladas pelo sistema. E esse foi o caso marcante da FNB, dominada por pequenos proprietários e com forte cunho filantrópico.

Já as características mais radicais do MNU têm origem no próprio contexto no qual o movimento surgiu. O MNU foi fundado em julho de 1978, após dois eventos que polarizaram a sociedade paulista por terem sido casos flagrantes de racismo, sendo um deles um ato de violência policial que terminou na morte de um homem negro. Dessa polarização resultou uma passeata que contou com milhares de manifestantes, realizada em plena ditadura e tendo como centro de suas demandas o fim da violência policial. O MNU teve nos seus primeiros anos de vida uma popularidade explosiva e foi um dos principais organizadores da passeata de dezenas de milhares de pessoas contra o racismo realizada no 13 de maio de 1988, marco de 100 anos do fim da escravidão, em São Paulo.

No longo intervalo entre a extinção da FNB e o surgimento do MNU, o movimento negro sofreu um claro recuo, praticamente se limitando a iniciativas de cunho cultural ou assistencialista, como o conhecido Teatro Experimental do Negro, criado no Rio de Janeiro por Abdias do Nascimento (1944) ou a Associação Cultural do Negro (1954), situada em São Paulo. O MNU, portanto, pode ser visto como resultado explosivo do acúmulo de diversas contradições às quais a população negra vinha sendo submetida, sem ter uma alternativa organizada para canalizar suas demandas. **[7]**

Com a atual perda de influência do MNU e suas próprias limitações programáticas, ainda hoje permanece ausente um instrumento desse tipo, capaz de atrair e organizar os negros em larga escala com um programa proletário e revolucionário. Essa ausência acaba dando origem às mais diversas formas de pequenos agrupamentos de cunho cultural, que têm como foco a afirmação da identidade negra contra o monopólio cultural imposto historicamente pelo racismo da imprensa e dos meios de comunicação e educação burgueses – o que representa uma postura defensiva frente à atual segregação sistemática e muitas vezes sem uma perspectiva política de luta pela igualdade para os negros.

Trotskismo e a questão negra

Diferente do MNU, nós não acreditamos que a população negra pode algum dia obter igualdade sob o capitalismo. Nós defendemos e participamos em todas as lutas parciais contra as opressões que podem obter conquistas dentro do atual sistema social. Tais ações podem gerar algumas conquistas imediatas para a população negra, e não diminuímos a importância destas. Porém, como já deixamos claro, encaramos que o racismo é uma opressão reproduzida pelo capitalismo brasileiro, o que impõe barreiras estruturais à emancipação dos negros sob tal modo de produção. Uma estratégia que se mantenha nos marcos do sistema, sem propor sua superação revolucionária, será incapaz de atingir a plena emancipação da população negra.

Desde cedo os comunistas entenderam o peso que as opressões especiais possuem na luta revolucionária. As camadas superexploradas do proletariado, devido às suas condições materiais pauperizadas, são mais propensas à radicalização do que aqueles setores com melhores salários e condições de trabalho, principalmente em tempos de crise, quando são as mais afetadas. Assim, organizar tais setores é fundamental, pois os mesmos não raro cumprirão um papel de vanguarda, potencializando enormemente as lutas anticapitalistas. Como já dissemos, as opressões dividem a classe e, portanto, sem combatê-las no dia a dia os revolucionários dificilmente serão capazes de transformar teoria em prática e tornar possível a união dos trabalhadores num interesse comum de derrubar o capitalismo e estabelecer o seu poder de classe. Como Leon Trotsky comentou certa vez debatendo com dirigentes da seção norte-americana da Quarta Internacional, o SWP:

> "Nós devemos dizer aos elementos conscientes dos negros que eles estão convocados pelo desenvolvimento histórico para se tornar a vanguarda da classe trabalhadora. O que funciona como freio para as camadas mais elevadas? São os privilégios, a comodidade que as impedem de se tornarem revolucionárias. Isto não existe para os negros. O que pode transformar um determinado estrato social, e torná-lo mais imbuído de coragem e sacrifício? Encontra-se concentrado entre os negros. Se acontece de nós do SWP não estarmos aptos a encontrar o caminho para este estrato, então nós não somos capazes de nada. A Revolução

Permanente e todo o resto seriam apenas uma mentira. (...) É uma questão vital para o partido. É uma questão importante. É uma questão que determina se o partido está para se transformar em uma seita ou se é capaz de encontrar seu caminho até a porção mais oprimida da classe trabalhadora."

***Planos para a organização do negro*, abril de 1939. Disponível em:**
http://www.pco.org.br/biblioteca/negro/plano.htm

Como podemos ver, a questão negra foi muito importante para o SWP, principal seção da Quarta Internacional até que esta foi destruída pelo revisionismo pablista **[8]**. Encaramos que a questão do negro tem um peso ainda maior na luta pelo socialismo no Brasil. Não é uma exclusividade do trotskismo, entretanto, buscar organizar os negros. Como dissemos, desde cedo os comunistas entenderam a importância de combater as opressões especiais e de buscar com afinco organizar os setores superexplorados do proletariado. O relato de James P. Cannon, veterano da Internacional Comunista, que rompeu em 1928 para se unir ao movimento pela Quarta Internacional nos Estados Unidos, deixa isso claro:

"(...) Ainda antes da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, Lenin e os bolcheviques se distinguiam de todas as outras tendências no movimento socialista e operário internacional por sua preocupação com os problemas das nações e minorias nacionais oprimidas, e seu apoio positivo às lutas destas pela liberdade, a independência e o direito da autodeterminação. Os bolcheviques davam este apoio a toda a 'gente sem igualdade de direitos', de uma forma sincera e honesta, mas não havia nada 'filantrópico' nesta posição. Reconheciam também o grande potencial revolucionário na situação dos povos e nações oprimidos, e os viam como aliados importantes da classe operária internacional na luta revolucionária contra o capitalismo."

***A Revolução Russa e o Movimento Negro Norte-americano*, James P. Cannon, 1959. Disponível em:**
http://reagrupamento-rr.blogspot.com/2011/09/james-cannon-sobre-o-movimento-negro.html

Os Bolcheviques buscaram passar essas lições adiante através da Terceira Internacional, e foi assim que a questão negra passou a ser considerada como um aspecto relevante da revolução dentro do movimento comunista. Em outro trecho do mesmo texto, Cannon comenta:

"As principais discussões sobre a questão do negro ocorreram em Moscou, e a nova forma de ver a questão foi elaborada lá. Já no Segundo Congresso da Comintern (Internacional Comunista), em 1920, 'Os Negros na América' foi um ponto na ordem do dia e uma discussão preliminar sobre esta questão foi levada a cabo. As investigações históricas comprovarão decisivamente que a política do PC sobre a questão do negro recebeu seu primeiro impulso de Moscou, e também que todas as seguintes elaborações desta política, incluindo a adoção da palavra-de-ordem de 'autodeterminação' em 1928, vieram de Moscou."

"(...) Os comunistas norte-americanos dos primeiros anos, sob a influência e pressão dos russos na Comintern, estavam aprendendo lenta e dolorosamente a mudar sua *atitude* [de não ver na questão negra nada que merecesse uma atenção especial, para além do programa revolucionário do proletariado em geral]; a assimilar a nova teoria da questão negra como uma questão ***especial*** de gente duplamente explorada e posta na situação de cidadãos de segunda classe, o que requeria um programa de reivindicações especiais como parte do programa geral – e a começar a fazer algo sobre esta questão."

Idem (ênfase nossa).

Como aponta a resolução *A Questão Negra*, aprovada no IV Congresso da Internacional Comunista em 1922 **[9]**, os comunistas compreenderam a potencialidade revolucionária dos negros oprimidos dos Estados Unidos e a necessidade estratégica de organizá-los e prestar atenção às suas demandas específicas. Apesar disso, cometeram um erro teórico que só veio a ser corrigido pela vanguarda revolucionária décadas depois: considerar os negros dos EUA uma *nação oprimida*. Essa consideração teórica levou à defesa da emancipação negra como se fosse uma questão nacional, uma perspectiva que não se adequou às

necessidades dos negros em luta e, mais tarde (1928), já no período stalinista, assumiu a forma de *demanda pela autoderminação*, que é o direito de formar um Estado negro independente em separado.

Esse erro foi fruto da generalização para a realidade norte-americana da experiência das nações oprimidas pelo Império Czarista russo. Como o movimento socialista anterior ao surgimento do PC/EUA no geral não dava atenção à opressão racista enquanto uma questão que merecia atenção especial, a iniciativa em lidar com tal assunto partiu da liderança internacional localizada em Moscou, com pouca contribuição dos próprios militantes norte-americanos.

O que a opressão racista aos negros tinha em comum com a opressão nacional era que, assim como todas as outras formas de opressões especiais, ela não podia ser reduzida puramente à questão de classe. Tanto os negros norte-americanos quanto as nacionalidades oprimidas pelo czarismo sofriam com desigualdades chauvinistas. O problema-chave, entretanto, é que estas formas de desigualdade possuem origens e dinâmicas bastante diferentes.

Os diversos agrupamentos nacionais sob o czarismo, tais como os ucranianos e poloneses, foram oprimidos devido à sua *incorporação forçada* ao território russo, e à subsequente tentativa de assimilá-los forçosamente através da supressão de sua língua, cultura, etc. Daí o caráter nacional da sua luta, que é a luta contra a "russificação" forçada – para o que a demanda pelo direito de autodeterminação foi central. Mas os revolucionários defenderam o direito das nações oprimidas de realizarem sua escolha, sem necessariamente defender um ponto de vista pró-separação. E, ao mesmo tempo em que se opuseram à opressão nacional, também se se opuseram ao nacionalismo, entendendo-o enquanto uma ideologia burguesa e visando derrotá-lo na disputa pela liderança das lutas contra a opressão nacional.

Já a opressão racista aos negros, por outro lado, parte do oposto da tentativa de assimilação forçada à sociedade. A opressão aos negros se assemelhava mais à opressão dos judeus sob o czarismo, que Lenin descreveu como uma "segregação forçada em guetos", ou seja, a tentativa de ***segregar*** ao invés de assimilar à força. A luta contra as várias faces dessa forma mais específica de opressão significou, para a maioria da população negra, a adoção de demandas por ***plena igualdade***, e não por *separação nacional*. Este é o motivo de, mesmo possuindo certa identidade própria comum devido à sua situação de "cidadãos de segunda classe", os negros norte-americanos (e brasileiros) não se identificarem através de marcos de nacionalidade e não levantarem a demanda por um Estado separado. Conforme Cannon notou:

> "(...) A expansão da influência comunista [stalinista] dentro do movimento negro durante os anos 30 ocorreu apesar do fato de que *uma* das novas palavras-de-ordem impostas ao partido pela Comintern nunca pareceu adequar-se à situação real. Esta foi a palavra-de-ordem da 'autodeterminação', sobre a qual se fez o maior alvoroço e se escreveu o maior número de teses e resoluções, sendo inclusive apregoada como a palavra-de-ordem principal. A palavra-de-ordem da 'autodeterminação' teve pouca ou nenhuma aceitação na comunidade negra. Depois do colapso do movimento separatista dirigido por Garvey **[10]**, ***a tendência dos negros foi principalmente em direção à integração racial, com igualdade de direitos***."
>
> **Idem (ênfase nossa).**

No geral, o SWP manteve as análises *teóricas* da Internacional Comunista sobre a questão negra, porém se adaptou melhor às demandas concretas da população negra norte-americana, respondendo a elas com um programa revolucionário mais adequado. A posição da Quarta Internacional sobre a questão específica da autodeterminação foi certa vez definida por Trotsky como "a escolha é deles". Ou seja, o partido deveria lutar pela igualdade de direitos e condições, combatendo a opressão e unindo os trabalhadores negros e brancos na luta pelo socialismo, e ao mesmo tempo estar disposto a apoiar a autodeterminação *apenas* se as lutas dos negros estivessem direcionadas a este objetivo, sem, entretanto, tornar essa uma palavra de ordem do partido, como um carro chefe de sua política para os negros:

> "Não proponho ao partido que advogue, não proponho introduzir, mas somente proclamar nossa obrigação de apoiar a luta pela autodeterminação se os negros a quiserem. Esta não é uma questão dos nossos camaradas negros. É uma questão de treze ou quatorze milhões de negros. A maioria deles é muito atrasada. Eles não estão muito esclarecidos quanto ao que querem agora, e devemos dar-lhes um crédito para o futuro. Eles decidirão."
>
> ***Autodeterminação para os negros americanos*, abril de 1939. Disponível em:** http://www.pco.org.br/biblioteca/negro/autodeterminacao.htm

Uma resolução aprovada pelo SWP alguns meses depois da contribuição de Trotsky acima citada reafirma essa posição:

> "O SWP, ainda que proclamando sua disposição em apoiar o direito de autodeterminação em toda sua extensão, não irá, ele mesmo, no presente estágio, levantar a demanda de um Estado negro como faz o Partido Comunista dos EUA. A defesa do ***direito à autodeterminação*** não significa propor a ***palavra de ordem de autodeterminação***. Autodeterminação para os negros significa que os próprios negros

devem determinar seu próprio futuro.”

O Direito à Autodeterminação e o Negro nos Estados Unidos da América, C.L.R. James, 11 de julho de 1939. Resoluções da Convenção de Nova York do SWP. Ênfase nossa. Disponível (em inglês) em:
http://www.marxists.org/archive/james-clr/works/1939/07/self-determination.htm

No espírito das lições tomadas da Revolução Russa, a mesma convenção que aprovou tal resolução, aprovou também um documento que encara os negros como a vanguarda da revolução socialista nos EUA. Esse outro documento, também escrito por C.L.R. James, afirma que os negros “estão designados por todo o seu passado histórico a ser, sob a devida liderança, a verdadeira vanguarda da revolução proletária” (*O SWP e o Trabalho Negro*).

Mesmo com a fraqueza *teórica* do SWP e da Quarta Internacional como um todo face à situação da população negra norte-americana, essas resoluções apontam em si um potencial para *reconhecer tal fraqueza*, ao declarar que a questão será decidida pelo próprio desenvolvimento do movimento negro, e sua *capacidade de se ligar à dinâmica das lutas da classe trabalhadora*, entendendo que a principal demanda dos negros era a de integração via igualdade de direitos e condições. Portanto, diferente do PC/EUA então já dominado pela degeneração stalinista, os trotskistas norte-americanos souberam lidar com a realidade com que se deparavam levando em conta sua complexidade, sem recorrer assim a dogmatismos.

Mais tarde, na década de 1950, o desenvolvimento da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos mostrou de maneira clara que a vontade dos negros norte-americanos, o seu objetivo no atual período histórico, é uma integração plena através da igualdade de direitos sociais e democráticos. Foi **Richard Fraser (Kirk)**, um quadro do SWP, quem realizou à época diversos estudos sobre a condição dos negros nos EUA e concluiu que estes não poderiam ser considerados nas atuais condições uma nacionalidade oprimida.

Os estudos de Fraser foram absorvidos pela então ***Tendência Revolucionária do SWP***, que veio a dar origem à **Liga Espartaquista (SL)** após ter sido expulsa do partido em 1963. Essa expulsão foi resultado do seu acertado combate à adaptação deste partido à forças não-proletárias do movimento (pablismo), inclusive à liderança reformista do Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos. Citamos a seguir o documento fundamental da Tendência Revolucionária do SWP sobre a questão negra:

> “(...) Kirk interpretou a questão negra como uma questão *racial* que, sob condições de catástrofe histórica (por exemplo, a vitória do fascismo) poderia se transformar numa questão nacional. Portanto, ele concordava com o apoio à autodeterminação se ela se tornasse uma exigência na luta dos negros, mas ele assumia que isso só poderia surgir sob condições vastamente alteradas. (...)”
>
> “(...) Nós concordamos [com a posição de Kirk] ao notar a *ausência* entre a população negra daquelas qualidades que poderiam criar uma economia política separada, ainda que embrionária ou atrofiada. Essa ausência explica porque o impulso de massa pela liberdade do negro por mais de cem anos tem sido na direção de esmagar as barreiras para uma integração igualitária e plena. Mas integração em que tipo de estrutura social? Obviamente apenas em uma que possa sustentar essa integração. Essa é a contribuição recíproca poderosa da luta dos negros para a luta de classes em geral.”
>
> ***Por um Trotskismo Negro*, documento interno da Tendência Revolucionária do SWP, julho de 1963. Disponível em:**
> http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2011/12/por-um-trotskismo-negro.html

Daí vem o legado teórico que defendemos, desenvolvido posteriormente pela Liga Espartaquista, bem como os princípios programáticos dele derivados e que se aplicam à realidade brasileira pela forma *equivalente* que a questão negra assume em nosso país.

LER-QI: os negros brasileiros são uma nação oprimida?

A **Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional (LER-QI)**, seção brasileira da Fração

Trotskista, é um dos grupos na esquerda que tem recentemente realizado esforços buscando compreender melhor e atuar sobre a questão negra no Brasil. Em um pequeno texto de maio de 2009, intitulado *121 anos depois da abolição*, esse grupo afirma corretamente a necessidade de combater o capitalismo como única forma de atingir a completa emancipação dos negros no Brasil:

> "O combate ao racismo (...) só pode se dar num enfrentamento direto aos interesses das empresas, ou seja, dos capitalistas. (...) Por isso lutamos para que os trabalhadores tomem, defendam e lutem pelas demandas do povo negro, combatendo o racismo que se expressa na vida material da população negra, além de toda expressão ideológica reproduzida inclusive entre os próprios trabalhadores. (...) O povo negro está convocado a se colocar na linha de frente na luta pela emancipação do nosso povo, que não poderá se conciliar com projetos de humanização da burguesia e do capitalismo."
>
> ***121 anos depois da abolição*, de maio de 2009. Disponível em:**
> http://www.ler-qi.org/spip.php?article1707

Apesar de esta ser aparentemente uma perspectiva correta para a questão negra e sua relação com a luta de classes em geral, a posição da LER-QI contém um erro teórico e político grave. Em um artigo publicado em comemoração ao último Dia da Consciência Negra (22 de novembro), a LER-QI explica em maiores detalhes sua análise teórica. Em uma sessão final intitulada ***"Opressão nacional e revolução"***, esta declara que os negros constituem uma ***nação oprimida*** distinta do restante da população brasileira:

> "A luta contra a opressão nacional, ou melhor, ***a afirmação do povo negro enquanto tal***, como norte da luta, está intimamente ligada à própria luta de classes, não é algo estático."
>
> (...)
>
> "Em muitos aspectos, o Brasil está mais próximo da África do Sul do que dos Estados Unidos. A população brasileira é de maioria negra e a burguesia é uma casta branca. Hoje, ainda sob os efeitos, cada vez menores, de décadas de reação, ***grande parte da população negra não se reconhece enquanto tal.***"
>
> ***As origens da questão negra e seu papel em nossa revolução*, de novembro de 2011. Ênfase nossa. Disponível em:**
> http://www.ler-qi.org/spip.php?article3310

Esta análise contém um profundo equívoco teórico. O mecanismo utilizado pela LER-QI para lidar com a ausência de uma identidade nacional na população negra é afirmar que apesar de supostamente ***serem*** uma nação, os negros ***não teriam consciência disso***. Tal declaração é feita a partir da citação de um texto de Trotsky sobre a África do Sul e o direito das nacionalidades oprimidas à autodeterminação. Mas o caso da África do Sul, onde os negros eram uma nação oprimida por uma elite branca de origem semiestrangeira é bastante diferente do caso brasileiro.

Para que haja consciência ***nacional***, é necessário que uma população atravesse um processo subjetivo de construção identitária, produzido historicamente. Ela é, portanto, um fenômeno largamente subjetivo. A consciência nacional não uma "essência inata" que certos grupos com algumas características comuns "carregariam consigo" independente de terem consciência disso. Não basta enumerar características comuns a um grupo populacional (como por exemplo, o fato de os negros no Brasil serem "maioria, assim como na África do Sul") para que se considere, por amálgama, que este grupo constitui uma nação distinta.

Historicamente, a opressão nacional surgiu com base numa população cujo território independente foi subjugado pelo colonialismo de uma potência estrangeira, que passou a buscar assimilar forçosamente a nação oprimida. Este foi o caso dos negros na África do Sul, cuja independência foi suprimida pelo imperialismo europeu. Já a opressão histórica dos negros brasileiros, apesar destes comporem uma maioria da população, se deu de forma bastante diferente.

As raízes históricas dos negros brasileiros são de diferentes povos, que por mais de cem anos foram trazidos, de forma dispersa, a este território por fluxos de transporte de escravos. A maioria da população negra não manteve relações diretas com as nações africanas onde alguns dos seus antepassados viveram. Os escravos trazidos para o território do atual Brasil, por sua vez, não se unificaram em termos identitários e menos ainda se concentraram em um território próprio posteriormente tomado por um Estado estrangeiro, ou seja, não foram vítimas de uma opressão de tipo nacional, mas de uma opressão distinta, associada com a forma com a qual se deu a escravidão.

A atual segregação dos negros brasileiros está baseada no fato de que, após o fim das relações sociais escravistas, os negros foram empurrados aos setores mais explorados e com piores condições da população brasileira. A dinâmica dessa segregação, novamente, não gerou o surgimento de uma consciência nacional. A opressão com base na cor, herdada da escravidão, serviu como arcabouço para a exclusão dos negros de vários dos aspectos da vida social. Por isso, os negros brasileiros, que se concentraram em grande maioria no proletariado, constituíram não uma nação, mas uma ***casta racial*** mais explorada e oprimida dessa classe.

Não à toa, a luta dos negros contra a sua forma de opressão tem se dado através de demandadas por igualdade e contra a sua exclusão de muitos aspectos da sociedade brasileira. Isso, por sua vez, também se refletiu na sua

identidade e em suas aspirações políticas, que não foram centradas ao redor da luta por um Estado em separado. Nesse sentido, é muito significativo que o objetivo dos movimentos negros que obtiveram maior apoio de massas nos momentos de luta, como a FNB e o MNU, ou mesmo experiências como a impulsionada por Abdias do Nascimento, tenham tido um nítido caráter *integracionista* (ainda que a sua limitação ao reformismo impeça esse objetivo de ser alcançado).

Tanto nos momentos de calmaria da luta de classes, assim como nas suas principais explosões, a saída buscada pelos negros brasileiros foi a luta pela integração, que acabou traída pelas direções reformistas e pela ausência de uma estratégia revolucionária. Essas lutas não foram permeadas por um auto-reconhecimento dos negros enquanto um povo, que é o que a LER-QI parece indicar que aconteceria.

Os marxistas não ignoram que a consciência nacional pode surgir de outras formas não convencionais. Porém, isso exigiria uma transformação de proporções históricas na relação dos negros com o restante dos brasileiros, que levasse a uma situação de catástrofe histórica (tal qual a vitória do fascismo) e, consequentemente, de desespero ante as possibilidades de no futuro atingir plena igualdade.

Em decorrência de seu erro teórico, a LER-QI formula um programa errado para a questão negra no Brasil. No artigo já citado, afirma-se que "*A autodeterminação do povo negro, sob os métodos da luta de classes, será um dos golpes finais da dominação burguesa.*". Da mesma forma, no *post* de inauguração do blog do coletivo ***Juventude Às Ruas***, impulsionado pela LER-QI, é defendida "*a necessidade de intervir na Semana da Consciência Negra* ***defendendo a autodeterminação do povo negro*** *e o combate a repressão do Estado*" (ênfase nossa).

Como vimos, o programa da Quarta Internacional também apresentava uma análise incorreta da situação do negro nos EUA, reivindicando que estes eram uma nação. Porém, esta reconheceu que não fazia sentido levantar a demanda da autodeterminação se não surgisse uma consciência nacional na luta dos negros, e criticou o uso dessa demanda então feita de forma dogmática pelos stalinistas do PC/EUA. Dessa forma, a questão ficava em aberto para que o movimento negro mostrasse a sua natureza nas lutas. Os trotskistas encontrariam, então, a melhor forma de direcionar este movimento a favor das lutas gerais do proletariado e pela revolução socialista.

Já a LER-QI, ao tomar como certo que os negros brasileiros seriam uma nação, tem levantado ativamente a demanda pela autodeterminação, ignorando que ela não corresponde ao sentimento de massa entre os negros nem à sua luta por integração, tornando-se algo artificial. No futuro, isto só poderá levar a uma incompreensão das necessidades de um dos setores mais oprimidos da população e, consequentemente, a uma confusão na hora de relacioná-las com as tarefas do proletariado na revolução, pois leva a um *foco incorreto* na luta pela plena integração dos negros à sociedade brasileira.

Mas se faltam aos negros brasileiros todos os fatores históricos para que estes sejam considerados uma nação, o que leva a LER-QI a insistir que eles ainda assim constituem um "povo"? Um trecho do artigo já mencionado nos dá a pista:

> "Porém, apesar de importantes críticas à [ideologia da] democracia racial (...) todos os [seus] críticos se adaptam a [seu formulador, Gilberto] Freyre ao não considerarem a questão negra como uma opressão nacional. (...) O próprio Florestan Fernandes (...) não superou a visão segundo a qual o negro faz e sempre [fez] parte [da] ordem brasileira. Em parte essa afirmação é correta, o problema surge quando a unilateralização dessa visão subvaloriza a opressão nacional sofrida pelo povo negro, e atrela mecanicamente, no caso dos reformistas, os destinos do povo negro à melhora do sistema capitalista."
>
> **Idem.**

Parece-nos, por esse trecho e pelo artigo como um todo, que a LER-QI não vê alternativa entre considerar os negros uma nacionalidade oprimida e lutar por sua "autodeterminação" ou considera-los "parte da ordem brasileira" e cair no reformismo. De acordo com a LER-QI, considerar os negros como parte da mesma nação que o restante dos brasileiros tenderia necessariamente a cair na ideologia da "democracia racial" e no integracionismo reformista. Ou seja, os companheiros da LER-QI se pautam por uma *lógica binária* e não enxergam a possibilidade da luta por um integracionismo que seja revolucionário, não tendo, assim, encontrado a resposta correta para a questão

negra no Brasil.

A luta pelo integracionismo revolucionário

Como explicamos, o fim do racismo no Brasil, a plena integração do negro à sociedade, não é possível sem o fim do capitalismo. Mas esta não é uma relação de mão única: a luta da população negra contra sua forma de opressão também contribuirá para fortalecer a luta de classes do proletariado em geral. Logo, é necessário combinar as demandas da população negra contra a opressão, principalmente seu setor majoritário que se encontra no proletariado, com as demandas objetivas do conjunto da classe trabalhadora e sua luta pelo socialismo. É disso que se trata o ***integracionismo revolucionário***.

É necessário que os revolucionários lutem dentro do movimento dos trabalhadores para que os sindicatos defendam os direitos dos negros. Isto não é importante apenas para as massas negras, mas particularmente para os próprios sindicatos e para a classe trabalhadora. A unidade de toda a classe não é simplesmente um princípio moral, mas uma necessidade prática para o movimento proletário.

Mas na medida em que os sindicatos, sob as suas atuais lideranças burocráticas traidoras, falham em fazer isto (além de muito da opressão contra os negros não se restringir ao local de trabalho), também é necessário que os revolucionários construam organizações transitórias de luta contra o racismo. Para que os trabalhadores negros se sintam seguros para lutarem em tempos de calmaria, é necessário que a vanguarda revolucionária combata as opressões no dia a dia de sua atuação, e que levante demandas por igualdade de condições e direitos através de colaterais organizadas dentro do movimento operário e popular, assim como dentro de movimentos negros de massa, para dar conta de tal tarefa.

Essas organizações transitórias, que chamamos de *colaterais*, são frentes politicamente subordinadas ao partido revolucionário e que lutam pelos direitos dos negros, ***sob um programa classista e transitório***, aproximando o partido dos elementos mais avançados do proletariado negro que concordem com o programa da colateral. Essas colaterais, para serem capazes de mobilizar os trabalhadores negros, devem lutar pela igualdade não em sentido abstrato, mas nas reivindicações cotidianamente levantadas contra os patrões, governos e também contra burocracias sindicais, com o objetivo final de impor estas demandas através dos métodos de luta da classe trabalhadora.

Elas devem ser organizadas dentro de cada empresa, fábrica, universidade e bairro onde o partido revolucionário possua atuação, para o que é necessário que a questão negra possua sempre papel de destaque na agitação cotidiana. Se não haverá fim do racismo no Brasil sem que haja socialismo, também não existirá revolução sem os trabalhadores e trabalhadoras negras, pois sem eles o partido estará restrito a uma minoria privilegiada da classe e não será capaz de cumprir sua tarefa histórica de organizar o proletariado para a tomada do poder.

Um programa *transitório* para a questão negra é aquele capaz de ligar os problemas enfrentados hoje pelos negros com soluções de caráter profundo, que aja como uma ponte para uma perspectiva anticapitalista, de forma que as porções negras do proletariado atinjam durante as lutas a necessária consciência de classe sobre quais são os seus objetivos, para que rompam com as amarras do reformismo e de outras ideologias burguesas e, consequentemente, tomem parte na luta pelo fim do capitalismo.

Nesse sentido, o programa de tais colaterais vai variar de acordo com o local de atuação e a conjuntura vigente, buscando dialogar com as demandas concretas da população negra e do proletariado e tendo por objetivo estratégico criar uma ponte entre estas e a luta pelo socialismo. Ainda assim, existem algumas demandas transitórias que podemos desde já destacar, tendo em vista a realidade dos grandes centros urbanos brasileiros e o caráter mais geral das mesmas, que lidam com alguns dos grandes problemas enfrentados pelos negros brasileiros.

Conforme comentamos, a precarização imposta pela terceirização é uma das formas mais eficientes que a burguesia brasileira tem utilizado para aprofundar a exploração do proletariado, com destaque para sua fração negra e feminina. Assim, onde quer que haja trabalho terceirizado devemos exigir a ***efetivação sem barreiras*** de todos os terceirizados, com ***iguais direitos e salários*** dos demais funcionários. Através de uma medida como essa, milhões de negros se libertariam de péssimas condições salariais e de trabalho, para não falar da ausência de direitos trabalhistas. Pelo mesmo motivo, defendemos que os sindicatos dos trabalhadores efetivos defendam os direitos dos terceirizados em seus locais de trabalho.

Demandas transitórias como essa interessam a toda classe trabalhadora, pois elevariam consideravelmente seus padrões de vida, e lidam com problemas muito fáceis de perceber no dia a dia. Porém, algumas delas beneficiariam especialmente os negros, ao anular em parte as suas condições de superexploração. Algumas outras medidas importantes para fazer avançar a emancipação dos negros brasileiros envolvem ainda questões relativas à moradia e transporte, já que muitos vivem nas periferias sem acesso a recursos básicos de infraestrutura.

Para que possamos levar à frente lutas concretas por demandas realmente avançadas, é crucial que os revolucionários organizem e auxiliem a luta dos negros contra as forças policiais da burguesia. Por isso é absolutamente importante ensinar aos proletários, sobretudo aos negros, a não confiarem na polícia e nas outras forças repressoras do Estado, educando-os no caminho da autodefesa proletária sempre que surgirem condições favoráveis para resistir, seja pontualmente ou de forma generalizada. E isso vai da ***organização de comitês de autodefesa*** desde casos locais de ameaça racista até a organização em maior escala contra a violência policial. **[11]**

O caminho até a verdadeira emancipação dos negros pode parecer árduo, mas não existe nenhuma saída mais fácil capaz de realmente dar conta dessa questão. É com essa convicção que lutamos para reconstruir o instrumento fundamental para revolução socialista – a **Quarta Internacional**. Os trabalhadores negros do Brasil vão identificar este partido como o seu próprio, e junto com seus outros irmãos trabalhadores, lutar através dele para conseguir de uma vez por todas a sua emancipação como raça e como classe social!

Notas

[*] Alguns levantamentos censitários, como os realizados pelo IBGE, apontam para um número muito reduzido de "pretos" na população brasileira. Isso ocorre porque estes trabalham com uma categoria intermediária, o "pardo". Para efeitos de análise, optamos por considerar "pardos" e "pretos" como constituindo o ***negro brasileiro***, uma vez que ambas as categorias sofrem forte segregação baseada em sua cor e não chegam a constituir grupos distintos no campo do reconhecimento ideológico.

[1] Dados divulgados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) a partir de pesquisas realizadas pelo IBGE/Pnad entre 1993 e 2006. Disponíveis em:
http://noticias.uol.com.br/especiais/pnad/ultnot/2009/09/18/ult6843u18.jhtm.

[2] Dados levantados pelo DIEESE, disponíveis em:
http://www.portugaldigital.com.br/noticia.kmf?cod=7897560&canal=213.

[3] *Escolaridade e Trabalho: desafios para a população negra nos mercados de trabalho metropolitanos.* Revista Estudos e Pesquisas, Ano 3, nº 37 – novembro de 2007. Disponível para download em:
dieese.org.br.

[4] *Metade dos negros que tiveram contato com a polícia já se sentiu descriminada*, de maio de 2006. Disponível em:
http://www2.fpa.org.br/metade-dos-negros-que-tiveram-contato-com-policia-ja-se-sentiu-discriminada.

[5] *Negro é vítima maior de crimes e polícia*, de novembro de 2005. Disponível em:
http://www.pnud.org.br/raca/reportagens/index.php?id01=1606&lay=rac.
Quanto ao pequeno número de negros *declarados* que constam na pesquisa, ressaltamos a observação realizada na nota **[*]**.

[6] *Senado aprova Estatuto da Igualdade Racial, mas retira cotas* – Portal G1, junho de 2010. Disponível em:
http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/06/senado-aprova-estatuto-da-igualdade-racial-mas-retira-cotas.html.

[7] Para um breve relato da história do MNU, conferir *Nos 120 Anos da Abolição, 30 Anos de MNU* (2008), disponível em:
http://www.sunnet.com.br/home/Noticias/Movimento-Negro-Unificado-30-anos.html.

[8] Para saber mais sobre o SWP e o pablismo, a forma de revisionismo que acabou por destruir a Quarta Internacional, confira *A Gênese do Pablismo*, de 1972. Disponível em nosso blog.

[9] Disponível em:
http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=93&id_indice=228.

[10] Movimento "Back to Africa" (De Volta Para a África), fundado por Marcus Garvey após a Primeira Guerra Mundial. Representou uma resposta defensiva à onda de supremacismo branco chefiada pela Ku Klux Klan que tomou lugar no pós-guerra, e defendia que a integração social era impossível e que a saída era os negros norte-americanos "voltarem" para a África, onde viveriam como uma nação.

[11] Sugerimos ao leitor o pequeno artigo da Liga Espartaquista, *Regional do UAW Organiza Autodefesa Negra e Operária* (de abril de 1975), como um exemplo de auto-organização proletária e como uma amostra em pequena escala de seus potenciais. Disponível em nosso blog:
http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2011/09/liga-espartaquista-na-formacao-de.html

O que está acontecendo com o MNN?

Por Rodolfo Kaleb, abril de 2012

Esta versão contém pequenas modificações no texto original realizadas em 17 de abril.

As eleições para o Diretório Central de Estudantes (DCE) da USP, maior universidade do país e também um dos principais redutos da esquerda brasileira, foi uma disputa que polarizou os estudantes após os conflitos contra a presença massiva da polícia militar na universidade no ano passado. Enquanto nós não estivemos presentes neste processo, que mereceria uma análise específica, um acontecimento envolvendo as eleições chamou nossa atenção.

O **Movimento Negação da Negação** (MNN) se retirou da chapa ***"27 de outubro"*** (que ele compunha com outras organizações da oposição de esquerda ao DCE) para defender um "voto crítico" na chapa ***"Não vou me adaptar"***, composta pelo MES (PSOL), PSTU e seus simpatizantes. Esta chapa, que terminou as eleições como vencedora, representa a continuidade da burocracia estudantil à frente do DCE, à qual até então o MNN havia se oposto politicamente em todas as eleições nos anos anteriores. De acordo com uma nota publicada no site do MNN:

> "Apesar das diversas críticas que temos à chapa 'Não Vou me Adaptar', consideramos ser a única no campo da esquerda, hoje, com chance real de vencer a chapa de direita, a 'Reação'. Nessa situação, algumas centenas de votos podem ser decisivas. Por isso, votaremos criticamente na 'Não Vou me Adaptar' e convocaremos os estudantes para que o façam".
>
> **A esquerda nas eleições da USP**
> http://www.movimentonn.org/jornal/noticia/editorial/2730

O MNN também afirmou que o ideal seria uma "unidade entre todas as chapas da esquerda" para combater os setores políticos de direita da universidade, que eram representados pela chapa "Reação".

> "Para nós, a existência de diversas chapas de esquerda neste momento somente enfraquece a luta maior dos estudantes – contra a PM e a Reitoria –, pois a esquerda passa a lutar entre si".

Junto a este, o MNN fez vários outros chamados pela "unidade da esquerda". Mas qual poderia ser o significado disso?

O fetiche com a unidade é uma desculpa que há muito tempo é usada por pablistas e morenistas (assim como oportunistas de outros gêneros) para defender líderes traidores em nome de supostamente "combater a direita". Como sempre haverá uma oposição de direita a uma direção reformista, formular a necessidade de um bloco político com os líderes do momento (independente do seu papel político) é uma boa saída para aqueles que deixaram de lado a necessidade de disputar os trabalhadores e a juventude para um programa revolucionário, assim como de leva-los à conclusão de romper com os seus falsos líderes.

As previsões do MNN sobre a possibilidade de vitória da direita eram absurdamente (e talvez deliberadamente) exageradas com o propósito de criar medo e facilitar a aceitação de uma posição que poderia ser potencialmente impopular (inclusive internamente). Isso foi feito quando o MNN, por exemplo, sugeriu (no mesmo documento) que:

> "Caso a direita (chapa 'Reação') vença as eleições, será um duro golpe desferido contra o movimento estudantil e dificultará em muito o trabalho político dos estudantes nos próximos anos. Se não fizermos esta política de unidade hoje, seremos obrigados a fazê-la amanhã, numa situação muito pior."
>
> E também (como já citado) que:
>
> "Nessa situação, algumas centenas de votos podem ser decisivas. Por isso, votaremos criticamente na 'Não Vou me Adaptar' e convocaremos os estudantes para que o façam".

No fim, a chapa da direita foi derrotada com a diferença não de "centenas", mas de muitos milhares de votos.

O MNN diz ter dado um "voto crítico" na chapa do MES/PSTU. Os revolucionários dão apoio eleitoral crítico a líderes traidores da classe trabalhadora e dos estudantes como uma forma de expô-los à uma base que tem ilusões nas suas promessas de levar as lutas adiante, uma vez que quando eleitos eles fazem justamente o oposto.

Ao prever estas traições de antemão e ao explicar o porquê da sua posição programática, os revolucionários estabelecem as bases para a construção de uma nova liderança para substituir estes falsos líderes e assim lutar para desenvolver uma consciência revolucionária entre os estudantes ou trabalhadores. Em eleições burguesas, isso também pode às vezes ser uma forma de dar um voto de classe em protesto contra os partidos capitalistas.

Mas o apoio do MNN parece não ter tido a intenção de expor os dirigentes do DCE, que já se desmoralizaram diante de setores politicamente mais conscientes dos estudantes. O MNN viu de forma entusiasta a vitória da chapa do MES/PSTU como uma conquista política:

> "A vitória nas urnas da chapa 'Não Vou Me Adaptar' nestas eleições para o DCE da USP foi***uma vitória política da esquerda*** que ultrapassou o âmbito

universitário."

Estudantes da USP esmagam a chapa do reitor autoritário
http://www.movimentonn.org/jornal/noticia/editorial/2732 (ênfase nossa)

Paralelamente a isso, e revelando suas ilusões nos dirigentes do DCE (apesar das inúmeras demonstrações de oportunismo destes no processo de luta em 2011), o MNN foi agnóstico com relação ao caminho que a chapa recém-eleita vai tomar. Numa declaração publicada após o fim das eleições, escreveu que:

> "A 'Não Vou Me Adaptar só tem duas opções: ser consequente com seu discurso, ser consequente na luta contra Rodas, ou, pelo contrário, pela via da conciliação, baixar o ânimo de luta dos estudantes e jogar fora esse novo e grande setor (...) que se mostra disposto a lutar."
>
> "O DCE DE 2012 NÃO PODE REPETIR O DCE DE 2011, quando a gestão não chamou assembleias nem atos diante dos ataques sofridos pelos estudantes! Se optar por esfriar o ânimo dos estudantes abrirá necessariamente o caminho para a direita e terá que colher os frutos disso amanhã (o que pode ser catastrófico a médio prazo para toda a esquerda)."

Depois de esmagada a chapa do Rodas, que fazer?
http://www.movimentonn.org/jornal/noticia/territoriolivre/2731

Mas não foi exatamente isso ("abrir o caminho para a direita") que fez o DCE de 2011, dirigido ou apoiado pelas mesmas forças políticas que compuseram a chapa *"Não vou me adaptar"*, apesar dos efeitos destrutivos que isto teve *e tem* para a esquerda e para o movimento estudantil? Não há "duas opções" para o DCE eleito! Os novos dirigentes que estarão à frente do DCE da USP vão trair e desarticular, pelas suas ilusões reformistas e pela sua adaptação à estrutura universitária, todas as lutas que há por vir.

Pelo mesmo motivo, a "unidade" eleitoral proposta pelo MNN só poderia significar dissolver em um bloco comum qualquer oposição de esquerda que pudesse desafiar a direção do DCE. Isto porque uma chapa como esta só poderia chegar a ***um*** denominador comum: o programa da própria chapa do MES/PSTU, grupos atualmente com maior peso e influência e que, em momentos decisivos, foram capazes de desarticular o movimento e impediram uma investida decisiva contra Grandino Rodas e a polícia militar. Uma oposição revolucionária aos erros e traições dos dirigentes do DCE da USP só pode triunfar demarcando claramente uma linha entre estes e ela própria.

O MNN, ao não apontar isto com clareza, ao ser agnóstico, e ao prezar por uma unidade política com os dirigentes estudantis que atrapalharam todo o processo de luta em 2011 (ao dizer que o ideal seria que toda a esquerda se unisse a eles numa chapa conjunta) está acobertando-os ao invés de denunciá-los. Isto não é um "voto crítico" – é um apanhado de ilusões com o qual os líderes do MNN estão enganando a sua base e aos seus apoiadores.

Devido à nossa referida ausência nesse processo político, vamos evitar considerar esta posição em todo o seu significado. O que podemos afirmar, entretanto, é que este movimento por parte do MNN (ainda que se tomado isoladamente não represente nenhuma traição histórica de grandes proporções) indica que este grupo está passando por uma mudança derradeira na sua orientação política. Essa mudança consiste em substituir descaradamente qualquer perspectiva de disputa pela consciência dos estudantes e trabalhadores por uma luta em prol do que é *imediatamente possível* e em pregar uma unidade política com forças comprovadamente traidoras.

A relação do MNN com o Comitê Internacional

Paralelamente ao que representa um giro à direita na sua política cotidiana, parece também estar ocorrendo um afastamento progressivo do MNN com relação ao Comitê Internacional/World Socialist Web Site, dirigido internacionalmente por David North. O MNN costumava realizar inúmeras traduções periódicas de artigos publicados pelo WSWS (wsws.org), site em inglês com publicações diárias do CI. Pudemos perceber lendo as edições digitais do jornal do MNN, uma redução crescente de traduções para o WSWS.

A última tradução realizada foi a de um artigo sobre a eleição de Putin na Rússia de 11 de março, mas tal tradução não foi sequer postada no site do Comitê Internacional, cujo último artigo em português é de 1º de março deste ano. Para qualquer uma destas datas tomada como base, desde 2006 o MNN não ficava por um período tão longo sem traduzir os artigos da corrente que ele tem considerado a continuidade do trotskismo.

Enquanto por uma quantidade considerável de anos o MNN tem traduzido os textos do WSWS, ele não é a seção brasileira do Comitê Internacional, que é liderado pelo SEP (Partido da Igualdade Socialista) norte-americano. Se há relações fraternais entre o MNN e o CI, elas tem uma natureza obscura e não declarada.

Enquanto o MNN afirma que o WSWS é a continuidade do trotskismo e fez a maioria esmagadora das traduções para o português do Comitê Internacional, este não parece divulgar tão amplamente as atividades dos seus apoiadores brasileiros. Através de uma busca no WSWS, podemos verificar que a única referência feita ao MNN está no seguinte trecho, num artigo (originalmente em inglês) sobre lutas na USP em 2009:

> "O MNN (Movimento Negação da Negação, um
>
> grupo socialista que ***se identifica*** com o trotskismo no Brasil) participou ativamente das assembleias, piquetes e protestos, defendendo a continuação da greve sem negociações com a reitora Suely Vilela".
>
> **Brazil: students resist attacks by shock troops at University of Sao Paulo**
> http://wsws.org/articles/2009/jul2009/braz-j11.shtml (ênfase nossa)

Parece então que para o CI de David North, o MNN não representa (ao menos publicamente) muito mais além de ***"um grupo que se identifica com o trotskismo"***. É impossível para alguém fora de ambos os grupos afirmar exatamente no que consiste este comentário vago.

Quando alguns dos atuais membros de nossa organização faziam parte do Coletivo Lenin (leia a carta de ruptura**),** passaram por uma experiência com a Tendência Bolchevique Internacional que, ao menos superficialmente, se assemelha um pouco com esta. A situação foi relatada no documento em que oColetivo Lenin rompeu relações com a TBI (de dezembro de 2010):

> "Por cerca de três anos utilizamos uma adaptação do documento da IBT 'Pelo Trotskismo' enquanto nosso programa político formal. Nós considerávamos e declarávamos publicamente (até dois meses atrás) que a IBT representava a continuação programática do trotskismo, afirmação que podia ser constatada em nosso site e em materiais e intervenções apresentadas ao movimento operário e estudantil. Fomos nós que traduzimos todos os documentos presentes na seção em português do site deles. E apesar disso tudo, a IBT recusou declarar publicamente que mantinha relações conosco ou mesmo que existíamos (...). Nessa época, consideramos tal postura extremamente estranha, uma vez que a declaração pública de relações fraternais é o primeiro passo dentro de uma perspectiva de fusão com outra organização."

No caso da TBI, esta postura "estranha" encobria interesses de construir uma "Internacional" sob a completa subordinação e controle dos seus líderes burocráticos. Como nós apontamos:

> "Naquele ponto começamos a desconfiar que a IBT, apesar de suas afirmações, não possuía interesse real em fundir com nossa organização. Que eles fundiriam apenas com grupos que abrissem mão de todas as suas diferenças e opiniões independentes. Tal tipo de 'fusão' exigiria que antes fôssemos psicologicamente destruídos, cessando assim a possibilidade de sermos genuínos revolucionários".

Enquanto não podemos afirmar o que exatamente está por trás do relacionamento entre o MNN e o WSWS, certamente podemos dizer que o reconhecimento feito pelo MNN do Comitê Internacional enquanto uma organização revolucionária é unilateral. A repentina ausência de novas traduções do WSWS em português faz apenas surgir mais perguntas sobre a natureza pouco saudável dessa relação.

Para onde vai o MNN?

Não será uma surpresa se o giro do MNN no movimento estudantil e o seu distanciamento do WSWS estiverem relacionados. É possível que após anos infrutíferos de discussões com o Comitê Internacional, a resposta dos líderes do MNN tenha sido, ao invés procurar uma alternativa à esquerda do CI, escolher uma saída mais fácil e atraente de "unidade" da esquerda brasileira.

O Comitê Internacional possui problemas políticos extremamente graves, alguns dos quais buscamos expor recentemente com a tradução para o português do artigo ***"O Ser Determina a Consciência"***, que foi escrito quando nós ainda estávamos politicamente alinhados com a TBI por um antigo apoiador do Comitê Internacional que atualmente é membro do Reagrupamento Revolucionário. Buscamos demonstrar com a tradução deste artigo que o atual CI é uma organização cujo programa político passa longe de ser capaz de armar o proletariado para a sua vitória final.

Apesar disso, acreditamos que ao menos uma parte dos militantes do MNN tenha sido atraída pelos pontos positivos da tradição histórica de combate ao revisionismo pablista que o CI diz representar (ao reivindicar a continuidade da luta correta iniciada contra o pablismo em 1953). Um exemplo disso está no fato de que o MNN foi o primeiro grupo a traduzir para o português o texto de James P. Cannon,*Uma Carta Aberta aos Trotskistas do Mundo Inteiro.* Este é um documento que para nós representa um combate correto e historicamente fundamental (ainda que tenha sido tardio e imperfeito) contra o revisionismo de Pablo e Mandel, que dominou o movimento trotskista no nício dos anos 1950.

O MNN (que também nunca foi isento de desvios políticos) parece também estar perdendo seu próprio potencial polêmico contra as tendências que antes ele

reconhecia como revisionistas do trotskismo, e passa agora defender uma "unidade" com elas, sem deixar claro sob qual programa. Parece que o MNN está atualmente passando por um estado de desintegração ideológica. O seu aparente afastamento do CI/WSWS não parece estar levando ao um balanço genuinamente trotskista da corrente de David North, mas simplesmente levando-o à direita.

Para aqueles membros do MNN que entendem a importância da luta anti-pablista travada pelo Comitê Internacional em seus primeiros anos e que desejam lutar de forma bem sucedida pela revolução socialista, é necessário romper com a política representada pelo WSWS, assim como com o giro à direita do MNN.

Nós do Reagrupamento Revolucionário baseamos a nossa política na luta original do Comitê Internacional contra o pablismo. Nós também nos baseamos naqueles que lutaram contra a sua degeneração sob a liderança de Gerry Healy. Nós, portanto, imaginamos que muitos membros do MNN, desorientados pela mudança no rumo político da sua organização, se beneficiariam em estudar alguns documentos em nosso site [na seção "Documento Históricos"].

Comitê Internacional Ltda.: Chegando ao Fundo do Poço

O Ser Determina a Consciência

*Este artigo, escrito por Samuel Trachtenberg, foi originalmente publicado pela Tendência Bolchevique Internacional, em **1917** número 30 (2008). A tradução para o português foi feita pelo Reagrupamento Revolucionário em abril de 2012.*

Na primavera de 2007, o Partido da Igualdade Socialista/Comitê Internacional (SEP/CI) foi abalado por um escândalo público quando Scott Solomon, um enraivecido antigo membro, revelou que David North não é apenas o líder do SEP e do CI, mas também o executivo chefe da ***Grand River Printing & Imaging*** (GRPI), um negócio multimilionário em Michigan. A liderança do SEP (partido do Comitê Internacional nos Estados Unidos e sua principal seção) aparentemente preferia manter esta bem sucedida empreitada comercial em segredo, mas ela não pode negar os fatos.

A GRPI evoluiu da prensa caseira que costumava produzir o ***Bulletin***, o jornal da Workers League (Liga dos Trabalhadores – WL, organização que precedeu o SEP). Quando o WL/SEP suspendeu a publicação do *Bulletin* para produzir apenas uma publicação online diária no seu World Socialist Web Site (WSWS), a planta de impressão do partido foi aparentemente transformada discretamente em um negócio de mão cheia.

Por volta da mesma época, a liderança do SEP/IC descartou a visão marxista tradicional de que os sindicatos são organizações defensivas da classe trabalhadora e declarou que eles haviam se tornado meras agências dos capitalistas. David North escreveu um longo documento sobre esse tema intitulado "A Globalização e os Sindicatos", no qual ele anunciou a "transformação objetiva da AFL-CIO [maior central sindical norte-americana] em um instrumento das corporações e do Estado capitalista." Nós polemizamos contra isto no número de 29 de *1917* [publicação da TBI] (conferir ***"****SEP: Defeatist and Confusionist: The Class Nature of the Unions****"****).*

Os seguidores de North recentemente comentaram sobre o sórdido acordo assinado pelo Sindicato dos Trabalhadores Automotivos Unidos (UAW) em outubro de 2007 com a *General Motors*, o qual permite que a companhia se livre da responsabilidade pela cobertura de planos de saúde dos seus trabalhadores aposentados através de uma contribuição em dinheiro e papéis convertíveis em 4,4 bilhões de dólares (baseados no valor das ações da GM) para uma Associação Voluntária para Benefício dos Empregados (VEBA). O acordo beneficia os patrões ao reduzir maciçamente as suas obrigações, ao mesmo tempo em que dá aos burocratas do UAW, que administram o fundo, uma enorme nova fonte de renda e de influência. Os únicos prejudicados serão os trabalhadores automotivos aposentados, cujos benefícios serão reduzidos quando o poder de investimento da VEBA se mostrar insuficiente.

Em uma declaração de 12 de outubro, o SEP escreveu:

> "A assim chamada 'associação voluntária para benefício dos empregados', ou VEBA, irá transformar o sindicato em uma empresa geradora de lucro e tornar os burocratas sindicais investidores plenos na exploração dos trabalhadores. A burocracia do UAW vai colocar as mãos em uma enorme bolada de dinheiro, incluindo fundos da GM, que vão garantir a sua renda mesmo enquanto

ela conduz cortes cada vez mais profundos nos benefícios dos membros aposentados do sindicato”.
— “The middle-class ‘left’ and the UAW-GM contract”

Aparentemente ignorando o paralelo entre a relação da burocracia do UAW com a VEBA e a do SEP com a GRPI, os seguidores de North declararam: “A transformação aberta do UAW em um negócio não é um desenlace repentino ou inesperado”. Mas o sindicato dos trabalhadores automotivos não se transformou em uma empresa capitalista; o UAW permanece como parte do movimento dos trabalhadores, apesar da grotesca e crescente corrupção da sua atual liderança. Leon Trotsky descreveu a tendência da burocracia trabalhista nos países imperialistas a se transformarem de meros agentes da burguesia em “acionistas” nos negócios da classe dominante:

> “A um certo grau de intensificação das contradições de classe dentro e cada país, dos antagonismos entre um país e outro, o capitalismo imperialista não pode tolerar (ao menos por certo tempo) uma burocracia reformista, a não ser que esta lhe sirva diretamente como um pequeno, mas ativo acionista de suas empresas imperialistas, de seus planos e programas, tanto dentro do país como no plano mundial.”
> **— “Os Sindicatos na Época da Decadência Imperialista” (1940)**

No entanto, Trotsky concluiu:

> “(...) apesar da degeneração progressiva dos sindicatos e de seus vínculos cada vez mais estreitos com o Estado imperialista, o trabalho neles não só não perdeu sua importância, como é ainda maior para todo partido revolucionário. Trata-se essencialmente de lutar para ganhar influência sobre a classe trabalhadora. Toda organização, todo partido, toda fração que se permita ter uma posição ultimatista com respeito aos sindicatos, o que implica voltar as costas à classe trabalhadora, somente por não estar de acordo com sua organização, está destinada a acabar. E é bom frisar que merece acabar.”

Quando o CI anunciou originalmente que ele estava descartando os sindicatos, os nossos camaradas alemães projetaram que North e companhia podiam um dia “se encontrar em um bloco político com os capitalistas em seus ataques contra as instituições do movimento dos trabalhadores” (*1917*número 20, 1998). A declaração de outubro de 2007 do SEP faz exatamente isso quando ela afirma: “O Partido da Igualdade Socialista aconselha aos trabalhadores que se o UAW for aos seus locais de trabalho, que votem para mantê-lo fora”.

Sem dúvida os administradores da GRPI também dariam o mesmo conselho a qualquer empregado que esteja pensando em se sindicalizar. Socialistas, entretanto, acreditam que os trabalhadores devem se organizar. Numa situação em que o vício presta homenagem à virtude, a declaração de 12 de janeiro de 2006 do SEP para as eleições de meio-período nos Estados Unidos reivindicou “o direito garantido dos trabalhadores de se unir a um sindicato e controlá-lo democraticamente; a proibição de táticas de ataque aos sindicatos e cortes salariais”. Isto foi acompanhado de uma peculiar demanda por “apoio do governo para médios e pequenos negócios”. Mesmo a esquerda reformista não tem historicamente o hábito de exigir financiamento público para capitalistas privados, mas pelo menos poucos nela algum dia possuíram “médios negócios”.

Excepcionalidade do CI no Sri Lanka

A declaração do SEP/CI de outubro de 2007 sobre o UAW deixa bastante claro que a sua posição anti-sindicato não se aplica somente à América do Norte:

> “Dois fatos demonstram que a transformação do UAW não é simplesmente o produto das características subjetivas de líderes corruptos ou políticas erradas, mas sim a expressão de processos objetivos fundamentais radicados na natureza das organizações sindicais e do impacto das grandes mudanças na estrutura do capitalismo mundial. O primeiro é o período prolongado, agora se estendendo por décadas, em que os sindicatos têm trabalhado abertamente para suprimir a luta de classes e impor cortes nos salários e direitos dos trabalhadores, juntamente com demissões em massa.”
>
> (...)
>
> “O segundo fato é a escala internacional da degeneração e transformação dos sindicatos. Este não é um fenômeno norte-americano, mas sim mundial, incluindo os sindicatos nos centros capitalistas avançados da América do Norte, Europa e Ásia, bem como aqueles nos chamados países ‘menos desenvolvidos’. Do UAW norte-americano e AFL-CIO ao Congresso de Organizações Sindicais britânico, à Federação Alemã de Sindicatos, até o Conselho Australiano de Sindicatos e o Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos, os sindicatos adotaram uma política corporativista de ‘parceria’ na gestão e trabalharam para reduzir os custos trabalhistas, em detrimento dos empregos, salários e condições de trabalho dos seus membros”.
>
> “A força motriz por trás deste processo universal é a globalização da produção capitalista, que eclipsou a antiga primazia dos mercados nacionais, incluindo o mercado de trabalho, e permitiu às empresas transnacionais vasculhar a terra por fontes de força de trabalho cada vez mais baratas. Isso tornou os

sindicatos, tendo em vista suas origens históricas e suas tendências para a colaboração de classes com o mercado nacional e com o Estado nacional, obsoletos e impotentes."

Parece, entretanto, que o Sri Lanka é uma exceção a esse "fenômeno mundial". Talvez não seja coincidência que este seja o único país em que um membro da liderança de uma seção do CI também é presidente de um sindicato. Diferente do papel de North como chefe de uma empresa capitalista, o CI parece ter bastante orgulho das atividades do seu camarada do Sri Lanka. O relato do WSWS de 13 de novembro de 2007 a respeito de uma reunião pública em Colombo para denunciar a guerra em andamento contra os separatistas de origem Tâmil mencionou que um dos principais porta-vozes foi "K.B. Mavikumbura, membro do comitê central do SEP [do Sri Lanka] e presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Banco Central (CBEU)". O artigo cita extensamente a apreciação de Mavikumbura sobre suas recentes atividades sindicais:

> "Nós apresentamos uma resolução no CBEU chamando os trabalhadores a se unirem com base em políticas socialistas para acabar com a guerra. Apontamos que a campanha pela retirada dos militares do nordeste, que está de fato sob regime militar, é uma condição necessária para unir os trabalhadores (...)"
>
> "Recentemente eu participei de uma reunião sindical para organizar um piquete em apoio aos professores. O governo disse que não poderia aumentar os salários dos professores porque tinha que pagar a guerra. Levou a cabo uma ordem na Suprema Corte para intimidar os professores. Expliquei que os trabalhadores devem assumir uma luta política contra o governo. A questão central é se opor à guerra, mas os líderes dos sindicatos rejeitaram isto. Em vez disso, eles disseram que os trabalhadores devem formar uma aliança com o Partido Nacional Unido (UNP) de oposição, que é conhecido por atacar os direitos dos trabalhadores. Os trabalhadores precisam construir um movimento político independente com base em uma perspectiva socialista."
>
> **— "SEP holds public meeting in Colombo to oppose the war in Sri Lanka"**

Qualquer um na órbita política dos seguidores de North pode estar se perguntando como as atividades de Mavikumbura podem ser encaixadas com o ponto de vista de que os sindicatos são simplesmente agências dos patrões.

'A Transformação em um Negócio'

Será que a posição do CI sobre os sindicatos simplesmente reflete uma perda de confiança na capacidade da classe trabalhadora de expulsar os burocratas e ganhar o controle sobre as suas próprias organizações de massa? Ou ela é um reflexo das pressões sociais de gerir um negócio bem sucedido? Como Marx observou, o ser tende a determinar a consciência, e para North e companhia, a crescente receita da GRPI poderia certamente prover uma base material para o crescimento de corrupção político-pessoal dentro da liderança do SEP/CI.

Alex Steiner e Frank Brenner, antigos colaboradores próximos de North que continuam a se identificar politicamente com o SEP/CI, sugerem isto na conclusão de um extenso documento datado de 16 de dezembro de 2007 que relembra como Gerry Healy (o antigo chefe do CI) aceitou grandes quantias de dinheiro de vários regimes do Oriente Médio para agir como seu propagandista de esquerda:

> "Isto também foi uma das lições do racha do WRP [Partido Revolucionário dos Trabalhadores britânico] — que a 'unanimidade' da liderança do grupo de Healy mascarava todos os tipos de relações oportunistas baseadas em arranjos pessoais e financeiros. Nós não temos dúvidas de que o silêncio do resto da liderança do CI também é baseado, ao menos em parte, em considerações oportunistas de natureza pessoal ou financeira."
>
> **— "Marxism Without Its Head or Its Heart"**

O revisionismo do CI não começou com a transformação da planta de impressão da WL em um negócio, nem mesmo como Steiner e Brenner argumentam, quando North e outros abandonaram a luta contra o "pragmatismo". A operação política mercenária de Gerry Healy (incluindo o seu satélite norte-americano inicialmente gerido por Tim Wohlforth e depois por North) era programaticamente muito distante do trotskismo muito antes de eles começarem a promover o Coronel Kadafi e outros déspotas dos Oriente Médio.

Organizações de esquerda que obtém financiamento substancial de fontes externas ao seu campo de atividade política irão inevitavelmente tender a se tornar despolitizadas e sujeitas à pressão de outras classes. Trotsky discutiu sobre isso em uma carta de 8 de outubro de 1923 lidando com alguns sintomas da crescente burocratização do Partido Comunista da União Soviética:

> "Há sem sombra de dúvida uma conexão intrínseca entre o caráter separado e contido dos setores organizativos – cada vez mais independentes do partido – e a tendência rumo ao estabelecimento de um fundo de renda tão independente quanto possível do sucesso ou fracasso do trabalho coletivo de construção partidário."
>
> **— O Desafio da Oposição de Esquerda (1923-25)**

North afirmou basicamente a mesma coisa em sua principal declaração de 1986 renunciando ao legado de Healy:

> "Além do mais, elementos entre jornalistas, atores e atrizes que emergiram dos seus redutos para o Comitê Político do WRP, sem qualquer aprendizado na luta de classes, proporcionou um elo direto para recursos materiais que o partido jamais havia conhecido. À parte da luta cotidiana dos membros do partido na classe trabalhadora, grandes montantes de dinheiro foram conseguidos. A liderança central adquiriu assim uma independência dos membros de base que destruiu as bases do centralismo democrático".
>
> (...)
>
> "A diplomacia secreta de Healy e o seu repentino acesso a vastos recursos materiais, baseado amplamente na sua utilização oportunista da [artista de cinema] Vanessa Redgrave como o chamariz do WRP no Oriente Médio, teve um efeito corrosivo na linha política do partido e na sua relação com a classe trabalhadora. Qualquer que tenha sido a intenção original, isso se tornou parte de um processo no qual o WRP se tornou politicamente refém de forças de classe externas. No momento exato em que era mais necessária uma correção na linha, o 'sucesso' do seu trabalho no Oriente Médio, ao qual desde o início faltava o mais básico ponto de referência proletário, tornou-o cada vez menos dependente da sua penetração na classe trabalhadora britânica e internacional."
>
> **— "How the Workers Revolutionary Party Betrayed Trotskyism"**

O sucesso comercial da GRPI hoje dá à liderança do SEP muito mais independência da sua base do que é normal no caso de grupos burocratizados da esquerda, onde a renda tende a estar estritamente ligada ao tamanho da base e à cotização. A atividade política do SEP, centrada na internet, exige uma coluna de quadros de escritores e editores talentosos, mas o fato de que o grupo conduz muito pouco trabalho político real significa que há poucas oportunidades para membros recém-recrutados se desenvolverem politicamente, a não ser em eventuais atividades internas. Com o tempo, nós esperamos que o fluxo de dinheiro gerado pela GRPI vai causar o mesmo efeito nas camadas mais altas do SEP/IC que a VEBA vai causar nos ocupantes dos cargos de chefia da Associação de Solidariedade.

O seguinte comentário sobre o SEP/CI e a GRPI foi originalmente publicado no site da TBI em maio de 2007

Nas últimas semanas vieram à tona relatos de que David North, líder da organização Partido da Igualdade Socialista (SEP) e do Comitê Internacional, que reivindica o trotskismo, também atua (sob o nome de David W. Green) como executivo chefe da *Grand River Printing & Imaging*(GRPI), uma das maiores companhias gráficas de Michigan, que registrou 25 milhões de dólares em transações no ano passado. Como outros leitores da publicação diária do SEP, nós esperávamos ver o que o World Socialist Web Site (WSWS) tem a dizer sobre a revelação envolvendo a GRPI. Parece que, pelo menos por hora, North e companhia decidiram que a discrição é a alma do negócio, e estão mantendo um silêncio absoluto.

A maioria dos comentários impressos abaixo foi escrita pelo camarada Samuel T., que foi recrutado para a Workers League (predecessora do SEP) durante a campanha de Fred Mazelis como candidato da organização para prefeito de Nova York em 1989. Sam deixou a WL em 1991 quando o grupo se recusou a chamar pela derrota militar do imperialismo dos EUA na primeira Guerra do Golfo (veja o ***Boletim Trotskista*** número 8).

No fim de semana de 31 de março/1 de abril de 2007, Sam e outros membros a TBI foram a Ann Arbor, Michigan, para participar de uma conferência do SEP contra a guerra do Iraque, que foi propagandeada como "aberta a todos os leitores do WSWS". Quando nossos camaradas chegaram, entretanto, eles descobriram que os apoiadores de outras organizações que não fossem o SEP não eram bem-vindos, e a liderança do SEP pareceu um pouco desconcertada com nossas críticas sobre a afirmação dela de que sindicatos não são mais organizações da classe trabalhadora (veja ***1917*** número 29).

Gerry Healy, o líder fundador do Partido Revolucionário dos Trabalhadores britânico (WRP), que liderou o CI até meados dos anos 1980, tinha uma bem merecida reputação de um mercenário político cínico com um fetiche por abobrinhas pseudo-dialéticas e causador de crises. No fim dos anos 1960, junto com Ernest Mandel e os pablistas do "Secretariado Unificado" (SU), o CI apoiou vários bonapartistas do Oriente Médio

como supostas manifestações de uma “revolução árabe” com colaboração de classes. O CI também compartilhou o entusiasmo dos pablistas pelos “Guardas Vermelhos” da fração de Mao Zedong durante a disputa massiva entre setores da burocracia chinesa que ficou conhecida com “Grande Revolução Cultural Proletária”. Hoje, em um desvio simétrico, o SEP de David North nega que a China algum dia tenha sido qualquer tipo de Estado operário.

Por volta dos anos 1980, os líderes políticos vendidos do CI estavam agindo como propagandistas pagos para o ditador líbio Muammar Kadafi e outros déspotas árabes. O ato mais desprezível desses gangsteres políticos foi passar informações para o serviço de inteligência do regime de Saddam Hussein sobre membros emigrados na Grã-Bretanha do Partido Comunista Iraquiano. Quando o WRP/CI implodiu em 1985-86, antigos membros vieram a público e disseram que recebiam tarefas de tirar fotografias de exilados de esquerda em protestos, que logo em seguida a liderança do WRP repassava para a embaixada iraquiana.

Depois da queda de Healy, a atual liderança do CI, encabeçada por David North, buscou ajustar a imagem do grupo a algo mais próximo da tradição do “trotskismo anti-pablista” que ele falsamente diz representar. No seu balanço pouco inocente sobre o seu tardio rompimento com Healy, intitulado “How the WRP Betrayed Trotskyism” [Como o WRP traiu o Trotskismo], a liderança da WL minimizou o seu histórico de anos de obediência serviçal a cada pronunciamento de Healy. A insistência de North e de seus aliados próximos de que eles não compartilham nenhuma responsabilidade política pelos crimes do CI, e de que tudo foi culpa de Healy, lembra a tentativa de Nikita Kruschev em 1956 de apagar os crimes da burocracia soviética [que havia sido chefiada por Stalin até a sua morte] ao culpar Stalin de tudo. Aqueles que olharem para trás e examinarem as edições do ***Bulletin*** [jornal produzido pela WL] verão por si próprios que a adulação acrítica da Workers League com relação à Kadafi e aos demais financiadores bonapartistas do CI era tão entusiasmada quanto a do WRP. Eles também verão que o SEP/CI, assim como o SU e quase todas as tendências pseudo-trotskistas, consistentemente apoiaram a contrarrevolução no antigo bloco soviético, do Solidariedade polonês de Lech Walesa em 1981 até o levante pró-imperialista de Iéltsin em Moscou uma década depois. Com a passagem do tempo, e o influxo de novos membros menos experientes, a liderança do SEP/CI tem tentado se distanciar da sua história inglória. O tom do WSWS hoje é bem menos histérico do que o *Bulletin* costumava ser, mas o programa que ele defende não é nem um centímetro menos distante de ser revolucionário.

Alguns sugeriram que o papel dos líderes do SEP na GRPI pode estar conectado com o seu repúdio da análise trotskista sobre os sindicatos. Nós não afirmamos saber isto com certeza. Mas ficou claro em Ann Arbor que existe bastante confusão entre os membros do SEP a respeito da sua posição sobre os sindicatos. Muitos membros novos parecem desconfortáveis com essa linha, enquanto quadros antigos defendem-na apaixonadamente, mesmo havendo pouca consistência nos argumentos que eles usam, e apesar do fato de que nenhum deles é capaz de explicar como a AFL-CIO hoje é qualitativamente diferente do que era nos anos de 1960 e 70. Um membro veterano do SEP se aventurou a dizer que talvez a destruição da URSS tenha de alguma forma, transformado os sindicados nos Estado Unidos em meras ferramentas da burguesia, ao comentar: “Bom, o colapso da URSS mudou tudo, então por que não teria também transformado os sindicatos?”.

***

Estes comentários são de discussões internas da Tendência Bolchevique Internacional

Lenin fez um paralelo entre a traição de 4 de agosto de 1914 dos Socialdemocratas [ao votarem no parlamento alemão a favor dos créditos para a Primeira Guerra Mundial] e a posição social privilegiada de aristocracia operária que constituía a sua base social. Trotsky fez observações similares a respeito da burocracia stalinista, assim como também associou o abandono da defesa da União Soviética em 1940 por parte dos seguidores de Shachtman [um rompimento à direita com o então trotskista Partido dos Trabalhadores Socialista (SWP) norte-americano] com a sua composição social pequeno-burguesa. Em 1953, James P. Cannon argumentou que as políticas liquidacionistas dos seguidores de Cochran [outra tendência à direita no SWP, que se aliou com os pablistas] refletiam os efeitos conservadores da estabilidade econômica relativa de trabalhadores especializados de meia-idade. Em 1983, nós próprios apontamos que o giro da SL [Liga Espartaquista] em seu chamado para salvar as vidas dos fuzileiros navais norte-americanos no Líbano, e da sua oferta no ano seguinte de prover proteção militar para a convenção do Partido Democrata, estavam relacionados ao desejo do líder da SL, James Robertson, de cultivar uma imagem “respeitável” com elementos das classes dominantes.

Pode ser perigoso para um pequeno grupo com inclinações de querer parecer muito maior do que realmente é (uma coisa que os seguidores de North sempre fizeram ao longo da sua história) acumular um espólio desproporcional ao seu verdadeiro peso social. Seria surpreendente se gerir uma grande empresa não afetasse a consciência política da liderança do SEP – como Marx ressaltou, “o ser determina a consciência”.

...

Eu fiquei impressionado ao ler o seguinte trecho do programa eleitoral de 2006 do SEP:

> “Para estabelecer a base econômica para uma reorganização da vida social nos interesses da grande massa dos trabalhadores, *defendemos a transformação de todas as corporações privadas industriais, manufatureiras e de tecnologia da*

informação avaliadas em 10 bilhões de dólares ou mais – as empresas que, se compreendidas, controlam a parte decisiva da economia dos Estados Unidos – em empresas de propriedade pública, com compensação integral para os pequenos acionistas e uma negociação pública dos termos da compensação para os grandes acionistas”.

(...)

“Os direitos de propriedade devem ser subordinados aos direitos sociais. Isso não significa a nacionalização de tudo, ou a abolição das empresas de pequeno e médio porte, que são elas próprias vítimas de grandes corporações e bancos. O estabelecimento de uma economia planejada dará a estas empresas acesso imediato ao crédito e condições de mercado mais estáveis, desde que elas ofereçam salários e condições de trabalho decentes.”
— “For a socialist alternative in the 2006 U.S. elections,” 12 January 2006 (ênfase nossa)

Quantas empresas de impressão nos Estados Unidos valem mais do que 10 bilhões? Eu lembro que Rupert Murdoch está oferecendo 5 bilhões de dólares pela Dow Jones (que inclui o *Wall Street Journal*). Será que o SEP consideraria isso uma “empresa de médio porte”?

...

Quando eu era um membro, os militantes da WL ficavam exaustos com um ritmo impensado de atividade pública (cerca de 8 horas de vendas, etc.) Eu acho que talvez a mudança para longe da agitação de massa rumo a uma perspectiva mais realista de propaganda onde os militantes não são destruídos, explica porque o SEP hoje projeta uma imagem pública mais controlada e racional (um ambiente de extrema pressão não é bom para a sanidade de ninguém).

Na antiga WL, ninguém deixava de ser duramente criticado nas reuniões internas (a não ser que fosse parte da liderança) por não vender jornais o bastante, por não se dedicar o suficiente, por não contatar um número suficiente de trabalhadores ou por não dar dinheiro suficiente ao partido – não havia tabela de cotização, ao invés disso os camaradas anunciavam o quanto eles dariam aqueles mês nas reuniões de núcleo e lá eles eram pressionados a dar mais.

Eu tive a impressão de ter sido informado, quando eu era parte do grupo, que a organização financiava a si própria quase completamente através da contribuição dos militantes (que se sacrificavam e eram encorajados a coletar dinheiro nas ruas, ir de porta em porta, pedir emprestado de parentes, etc.). A outra fonte de renda seria a venda dos jornais (que seria a razão pela qual supostamente gritavam conosco regularmente por não vender o bastante).

...

Eu lembro que certa vez, enquanto era membro, perguntei sobre o caráter de classe de Cuba. Quando não criticado por levantar esse tema para começo de conversa (sob o argumento de que ele refletia um potencial desejo de se adaptar ao castrismo), me ofereciam um amplo leque de explicações de diferentes camaradas veteranos. Alguns me deram uma versão do ‘capitalismo com a sombra da burguesia’ (uma posição lambertista que, como eu descobri depois, nunca foi adotada pelos healyistas). [Pierre Lambert, líder a Organização Comunista Internacionalista francesa (OCI), participou com Healy do Comitê Internacional até 1971, quando eles se separaram]. Outros membros da WL me disseram que apesar do que eu havia lido em livros e jornais, havia na verdade significativa propriedade privada em Cuba. Eles estavam todos improvisando, porque o CI/WL/SEP, no meu conhecimento, sempre evitou qualquer tentativa de explicar seriamente a sua posição por escrito. Membros que perguntassem demais sobre assuntos delicados como Cuba logo aprendiam a não fazê-lo, já que isso era entendido como uma vontade de abandonar a classe trabalhadora. Eu suspeito que uma reação similar esteja sendo usada hoje para aqueles que ousarem perguntar sobre a GRPI.

...

Na discussão sobre a questão da GRPI numa rede de relacionamento na internet, um apoiador muito recente do SEP resumiu da seguinte forma a explicação que lhe deram:

1. A GRPI não financia o SEP;
2. A GRPI dá emprego para vários camaradas;
3. Ninguém está ficando rico através do envolvimento com a GRPI;
4. A GRPI é uma companhia bem sucedida que ganhou vários prêmios por ser uma empregadora de qualidade.

Se eu fosse um membro, eu estaria me perguntando para que propósito serve a GRPI, já que ela nem serve aos interesses do SEP, nem enriquece ninguém. Eu também estaria curioso sobre quais camaradas do SEP conseguem empregos e como eles são selecionados. Eu suponho que seja bom ganhar prêmios, mas a maioria das pessoas iria preferir trabalhar em um lugar onde haja um sindicato que

as defenda ao invés de ter que confiar na boa vontade dos gestores. (Eu acho que é seguro presumir que, já que "os sindicatos essencialmente completaram a sua degeneração", eles não representam os trabalhadores da GRPI).

...

Quando o SEP acabou com as suas publicações impressas para poder se dedicar apenas à publicação online, eles diziam que estavam fazendo isso por meramente reconhecer a realidade de que, na nova era da internet, material impresso estava se tornando obsoleto como uma forma de chegar às pessoas. Está claro que o SEP seguiu fazendo imensos investimentos para ter suas publicações online diárias. O WSWS, que em geral é bem escrito e cobre uma enorme variedade de tópicos sob uma perspectiva de esquerda, possivelmente tem um número de leitores maior do que qualquer outra publicação em inglês reivindicando o marxismo. Ele dá ao SEP uma influência no cyber-espaço que vai muito além do seu peso no mundo real.

A existência da GRPI, e o tempo e energia que North e companhia obviamente empregam nela, me fazem questionar que a verdadeira motivação para encerrar a produção de propaganda impressa talvez tenha sido permitir que a companhia atingisse o seu potencial máximo. Quando eu era membro, nós tínhamos que comprar grandes quantidades do *Bulletin* semanal sob consignação – cada membro vendia algo em torno de 100 jornais por semana. O grupo também imprimia uma *Young Socialist* mensal, uma publicação mensal em espanhol para imigrantes, uma publicação mensal ou bimensal em francês vendida em Quebec e para os imigrantes haitianos em Nova York (entre os quais nós tínhamos uma quantidade significativa de leitores), um jornal canadense mensal, muitos panfletos, uma revista teórica trimensal e, na maioria dos meses, um livreto ou um livro. A descoberta de que papel impresso tinha se tornado obsoleto (embora aparentemente não para propósitos lucrativos) pode também ter sido o resultado da decisão de que cumprir metas de vendas indo de porta em porta, montando bancas na frente de supermercados e todas as outras coisas que nós costumávamos fazer, não era uma forma eficiente de usar o tempo político dos membros. É digno de nota que a mudança de papel impresso para a publicação online, e a transformação da velha planta de impressão do partido em um negócio empresarial de mão cheia, parece coincidir mais ou menos com a mudança na posição sobre os sindicatos. Isso pode ser um exemplo clássico de "programa gera teoria".

...

Os marxistas geralmente encaram o revisionismo como uma expressão de pressão de outras classes dentro do movimento dos trabalhadores. Pequenas organizações de propaganda, com pouca conexão orgânica com o movimento proletário, experimentam essa pressão de formas mais indiretas do que os partidos de massa. Em um pequeno grupo de esquerda, as características pessoais e os apetites políticos dos membros de liderança são ao menos tão importantes em determinar a linha e o caráter do regime interno quanto às forças sociais invisíveis que moldam a consciência de massa.

Marx e Engels escreveram uma quantidade significativa de polêmicas contra o desenvolvimento de cultos de personalidade dentro de pequenas organizações socialistas, enquanto Lenin, Trotsky e Luxemburgo, que trabalharam em uma época em que as ideias socialistas eram parte do cotidiano do movimento operário, normalmente não prestaram atenção a este fenômeno.

Ignorando o contexto histórico e aplicando uma caricatura de análise leninista/trotskista sobre as burocracias sindicais, socialdemocratas e stalinistas, o CI há muito denuncia todos os outros grupos na esquerda como "pequeno-burgueses" (enquanto a sua própria composição social não é muito diferente) e simultaneamente exigia dos críticos da sua organização altamente burocrática que estes demonstrassem sob que estrato social materialmente privilegiado a liderança do CI se baseava. A recente publicidade em torno da GRPI pode levar a liderança do CI a ser um pouco mais cuidadosa antes de acusar outros grupos de "pequeno-burgueses" por um tempo.

...

Uma organização pequena e rigidamente hierárquica que se diz socialista, sem conexões significativas com o movimento dos trabalhadores ou qualquer outro movimento social de massa, que tem uma existência política em grande parte literária, com muito pouca atividade pública além de ocasionalmente lançar candidatos para as eleições burguesas, está propensa a desenvolver alguns desvios políticos peculiares. Se os líderes de tal organização também estão sujeitos às pressões sociais de gerir um negócio multimilionário, é pouco surpreendente que eles exibam indiferença quanto às lutas reais e as necessidades da classe trabalhadora, ou ao menos tenham dificuldade em conectar as lutas imediatas limitadas da classe com a necessidade da revolução socialista (ou seja, encontrar o tipo de "ponte" que Trotsky descreveu no Programa de Transição).

Trotsky via como algo essencial para os revolucionários lutar pelo programa marxista dentro das organizações de massa existentes do proletariado, ou seja, os sindicatos. A liderança do SEP, em contraste, tende a se basear em um tipo abstrato de "socialismo dos dias de festa", no qual a proposta operacional principal é frequentemente chamar "construa o SEP".

...

Por décadas o CI tendeu a se adaptar à consciência atrasada dos setores mais privilegiados da classe trabalhadora e mostrar pouco interesse em questões de opressão específica (tais como o machismo, o racismo ou a homofobia). Aqueles que insistem na importância de os marxistas discutirem essas questões são atacados por "odiarem a classe trabalhadora" ou de serem motivados por

ideologias de outras classes, como o feminismo burguês ou o nacionalismo negro. Tim Wohlforth, enquanto ainda era líder da Workers League, descreveu isso no seu infame comentário de que "A classe trabalhadora odeia hippies, bichas e feministas, e nós também!" Enquanto esta tendência está bem menos crua hoje, a cobertura do WSWS sobre a destruição de New Orleans pelo Furacão Katrina, por exemplo, foi profundamente falha pela tendência a ignorar o racismo evidente que caracterizou a resposta da oficialidade capitalista à esta crise.

...

Os quadros que produzem o WSWS podem certamente não ter culpa pela sua dedicação ao trabalho – é uma façanha impressionante para um grupo tão pequeno ter sustentado tal empreitada por tanto tempo. Mas o valor desse projeto, de um ponto de vista revolucionário, depende do programa político que ele divulga. O profundo revisionismo do SEP sobre as revoluções sociais que produziram os Estados operários deformados chinês e cubano, seu apoio às restaurações capitalistas no bloco soviético, a sua posição derrotista e reacionária sobre os sindicatos, a sua tendência histórica à indiferença a respeito de questões de opressão específica e o seu abandono da posição bolchevique de "derrotismo revolucionário" para as potências nas guerras imperialistas, anulam qualquer valor que o WSWS possa ter como instrumento de propaganda socialista.

A Juventude e a Necessidade de um Partido Revolucionário

Por Leandro Torres, março de 2012

O ano de 2011 foi bastante rico do ponto de vista político. Muitas lutas e mobilizações ocorreram em todo o mundo, ganharam grande repercussão na mídia e influenciaram o início de diversas outras ações. O ano passado mostrou ao mundo um ressurgimento militante na "Primavera Árabe" no Norte da África e no Oriente Médio, dezenas de greves gerais pela Europa, combativas lutas estudantis no Chile, o "Ocupe Wall Street", dentre tantos outros. Todo esse fervor político pesa bastante na consciência dos trabalhadores e da juventude, que muitas vezes acabam assumindo uma posição mais crítica frente aos problemas sociais que enfrentam no seu cotidiano. No mundo inteiro, a perspectiva de que uma realidade diferente é possível começa a retomar as ruas.

Essa onda de mobilizações e de grandes lutas também se fez sentir no Brasil. Aqui, ela tomou forma no levante dos trabalhadores do PAC, nos canteiros de obras de Pecém e Jirau, em algumas expressivas greves estaduais de trabalhadores da educação e em uma das mais fortes greves nacionais dos Correios nos últimos anos. Mais recentemente, ela também se fez presente em uma onda de ocupações de reitoria e, principalmente, na greve deflagrada por estudantes da USP após uma repressiva ação da PM, desocupando a reitoria com um aparato policial de mais de 400 homens invadindo um campus universitário. Apesar de serem processos diversificados, com bases sociais diferentes e que impõem à esquerda questões complexas (principalmente na "Primavera Árabe"), de certa forma todos eles possuem um fator em comum: são fortemente motivados pelos novos ataques à classe trabalhadora e à juventude em decorrência da crise econômica capitalista deflagrada em 2008.

Tendo sido a mais profunda desde a "Grande Depressão" iniciada em 1929, a presente crise também teve início no coração do capitalismo internacional, o que fez com que atingisse todo o sistema de produção capitalista. Passada a quebradeira de bancos e empresas, agora os governos que esvaziaram seus cofres para socorrer os empresários e banqueiros fazem de tudo para impor à classe trabalhadora e a setores da juventude o ônus da crise. Por si só, isso já deixa claro o**caráter de classe** das estruturas estatais dos países capitalistas.

Cortes profundos têm sido realizados no orçamento das áreas sociais, como educação e saúde. E junto aos cortes de verbas, também são sancionadas leis que retiram direitos históricos do proletariado, conquistas trabalhistas e previdenciárias, além é claro da repressão – desferida tanto pela via policial quanto pela via jurídica – às greves e mobilizações. Aqueles países que não implementaram

de imediato os “pacotes de reformas” em benefício da burguesia, logo se viram forçados à fazê-lo como imposição do FMI e do Banco Mundial para emprestar dinheiro e “resgatar” a economia nacional. Isso tudo mostrou que os governos dos Estados burgueses, mesmo aqueles das variantes mais “populares”, não estão do lado da classe trabalhadora, mas do lado dos proprietários das grandes companhias, latifundiários e financistas. Os ataques contra o proletariado não são fruto de interesses particulares de um partido ou outro da burguesia, mas do Estado gerido e mantido pelos capitalistas para salvaguardar o seu sistema econômico em decadência.

A juventude tem exercido papel importante em muitos processos de resistência e enfrentamento. Nas lutas contra regimes de tiranos no Egito e na Tunísia foram os jovens que mais se mobilizaram e tomaram as praças e ruas das principais cidades. O movimento “Ocupe Wall Street” foi nitidamente composto majoritariamente pela juventude, assim como os diversos outros “Ocupe” que vieram a surgir. O mesmo vale para os “Indignados” do Estado Espanhol, que precederam e inspiraram variados atos de ocupação de praças. Passamos assim, por um momento de clara radicalização da juventude.

Todos estes movimentos buscaram alternativas aos problemas de uma sociedade onde educação, saúde, moradia, transporte e outros bens fundamentais estão submetidos à lógica do lucro, internacionalmente “regulamentada” por órgãos como os já citados FMI e Banco Mundial. A juventude é capaz de protagonizar ações de coragem e radicalismo. Isso se deve em grande parte ao seu desconforto com regras que não foram por ela estabelecidas, e à sua típica predisposição em questionar aquilo que os mais velhos muitas vezes tendem a tomar como “assim sempre foi e assim sempre será”. Tradicionalmente, a juventude esteve presente nos momentos de grandes transformações sociais, conferindo a eles renovação e energia. Na história do nosso próprio país, podemos ver como o movimento estudantil (forma mais comum da juventude se organizar) teve peso em diversas lutas sociais, tendo sido por vezes a alavanca que as impulsionou.

Porém, as formas de luta empregadas pela juventude por si sós não tem como alterar drasticamente a realidade, pondo fim ao capitalismo. O exemplo da juventude arrasta, e isso a história nos prova constantemente. Mas é preciso ter em mente que a sua luta só atinge transformações profundas quando ataca o cerne dos problemas que nos cercam: o **capitalismo – que se materializa principalmente na *propriedade privada*, no *lucro* e no *poder de Estado***. E para atingir a raiz do problema, a juventude só não basta. É necessário que o proletariado entre em cena.

No Egito, centenas de milhares ocuparam a Praça da Libertação (Tahir) por quase dois meses, mas o ditador Hosni Mubarak só foi retirado do cargo quando trabalhadores do Canal de Suez e de outras bases importantes para a economia do país cruzaram os braços em uma forte greve geral em fevereiro de 2011. Entretanto, as ilusões desse movimento em setores dos oficiais do exército egípcio fizeram com que uma junta militar do exército substituísse Mubarak e mantivesse todas as condições de exploração, falta de democracia e os aparatos secretos de repressão e tortura do ditador.

Da mesma forma, a luta dos estudantes chilenos por uma educação gratuita para todos (que se iniciou em agosto de 2011), mesmo que não tenha chegado à conquista dos seus objetivos, em muito se fortaleceu com a adesão de alguns setores operários. Nos próprios Estados Unidos, país bastião do capitalismo mundial, o “Ocupe” de Oakland (Califórnia) mostrou grande força quando os manifestantes deste movimento e muitos trabalhadores portuários se uniram para fechar as docas em resposta à repressão policial, o que provocou uma paralisação temporária das atividades do porto da cidade.

Por mais que nem todos os exemplos de aliança com a classe trabalhadora tenham levado a conquistas definitivas, eles apontam o caminho e demonstram o quanto essa aliança potencializa uma luta. Isso ocorre porque os trabalhadores são os responsáveis pela produção de toda a riqueza e isso faz com que possam atacar diretamente os pilares do capitalismo. Portanto, uma das tarefas da juventude que se pretende revolucionária é que esta deve ter sempre como perspectiva combinar suas demandas específicas com aquelas do proletariado, buscando aliar ambos os setores em uma só luta.

Em razão disso, nós criticamos os setores do movimento estudantil que tem ignorado a importante tarefa estratégica de buscar uma aliança com os trabalhadores e de defender os seus interesses. Tanto os camaradas que lideram o **Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)** quanto os que estão à frente do **Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)**, que compõem a maioria da gestão do Diretório Central de Estudantes da UFRJ, não colocaram esta tarefa em pauta durante as eleições para a organização estudantil, nem durante a sua gestão, nem durante os principais processos de luta. **[1]** No caso do Centro Acadêmico do curso de História, isto é ainda mais evidente: a “Chapa 2 – A História Não Pára”, composta pelo PSTU e simpatizantes (que se organizam

sob a bandeira da **ANEL**), e que venceu as eleições de 2011, nem sequer mencionava a palavra "trabalhador" em seus materiais de propaganda.

Isto é uma adaptação à consciência atrasada de uma parcela dos estudantes, que não se identifica com os interesses da classe trabalhadora, e reflete que estes partidos estão dispostos a deixar de lado mesmo os pontos mais essenciais do programa marxista, que eles dizem reivindicar, para se limitarem a uma luta por melhorias na assistência estudantil. Está ausente dessa concepção uma estratégia de como os estudantes podem conseguir conquistas históricas e mesmo importantes vitórias imediatas. Para nós estas só podem ser conseguidas com uma aliança (cada vez mais) firme entre o movimento estudantil e o movimento dos trabalhadores, começando com os trabalhadores dentro da universidade, inclusive os terceirizados.

Por sua vez, a **UNE (União Nacional dos Estudantes)**, principal organização do movimento estudantil brasileiro, apoiou as eleições de Lula e Dilma e mantém até hoje a sua defesa política do governo do PT, que ataca sem tréguas os estudantes, entregando milhões às universidades privadas enquanto sucateia as universidades públicas, cortando milhões das verbas destinadas à educação. É o mesmo governo que ataca os salários dos trabalhadores, os seus direitos previdenciários e endurece com as greves de norte a sul do Brasil. Dirigida pelo PCdoB/UJS, aliados do governo do PT, a UNE foi se transformando cada vez mais em um obstáculo às lutas dos estudantes. Mais recentemente, os dirigentes estudantis da UJS (União da Juventude Socialista, ligada ao PCdoB), estabeleceram pactos políticos com os governos de Sérgio Cabral e Eduardo Paes (ambos do PMDB), que são inimigos mortais dos trabalhadores do Rio de Janeiro. Nenhuma luta legítima em defesa dos estudantes e trabalhadores é possível quando se está associado com os seus carrascos. A UJS não questiona nem mesmo da forma mais tímida o capitalismo e colabora abertamente com o governo do PT aliado aos latifundiários, financistas e empresários.

Os problemas centrais impostos pelo capitalismo não podem ser solucionados através de reformas realizadas no marco do sistema. Por mais que algumas conquistas significativas possam ser temporariamente obtidas nos quadros da sociedade capitalista como fruto da luta das massas, a existência da propriedade privada, e do poder de Estado que garante militar e ideologicamente essa existência, são barreiras permanentes a avanços maiores. E mesmo aquelas conquistas arrancadas à força podem ser revertidas pela burguesia enquanto esta possuir o controle do Estado. A mobilização é passageira, o Estado não. Por isso, a correlação de forças não tem como ser permanentemente mantida contra a burguesia enquanto esta possuir o Estado e os meios de produção. A destruição desses pilares é uma tarefa que permanece atual.

Muitos ativistas honestos do movimento estudantil, que lutam por uma educação de qualidade, desenvolvem uma repulsa contra os partidos em geral. Esse apego ao apartidarismo tem raízes variadas. A aversão dos jovens contra os partidos da burguesia, que através de canalhices legais e corruptas exploram os trabalhadores, é extremamente progressiva. A desconfiança com relação ao PT, ao PCdoB e seus aliados, com sua trajetória de traições e enganações aos estudantes, é também extremamente progressiva. Mas esse sentimento progressivo em relação a tais partidos não deve ser estendido a um partido revolucionário.

O partido revolucionário é uma ferramenta indispensável para combater a influência dos inimigos da juventude e da classe trabalhadora. O seu papel é buscar desafiar a posição de domínio dos líderes traidores dos oprimidos, que ao buscar conciliação com os seus carrascos, são o maior obstáculo para uma luta bem sucedida. Sem o seu partido revolucionário, os trabalhadores e a juventude ficam entregues à passividade ou mesmo ao controle (frequentemente burocrático) dos partidos que servem (direta ou indiretamente) aos interesses dos capitalistas. Por isso, o ódio a "qualquer tipo de partido", inclusive à construção de um partido revolucionário, é um tiro no pé de todos aqueles que desejam conscientemente a construção de uma sociedade radicalmente diferente.

Na ausência do partido revolucionário, a burguesia e os defensores da ordem se colocarão à frente dos trabalhadores e jovens, impedindo vitórias, criando ilusões sobre quais devem ser seus objetivos e sobre quem são seus aliados e quem são seus inimigos. Todas as lutas que mencionamos aqui demonstraram o potencial transformador da juventude e dos trabalhadores. Porém, a ausência de uma direção revolucionária permitiu que estas se limitassem aos marcos do capitalismo, ou mesmo que buscassem a conciliação com seus carrascos.

A saída para romper com as correntes políticas que mantém os jovens e trabalhadores submetidos às diversas formas de ideologias burguesas é a construção de um instrumento que seja a um só tempo uma ferramenta para intervir nas lutas e ajudá-las a se fortalecer e serem vitoriosas, e transmitir ao proletariado o programa da revolução socialista, construído através da análise das experiências históricas da luta de classes internacional. Um instrumento, portanto, para "explicar paciente e sistematicamente" ao proletariado e aos jovens a necessidade do socialismo, e mostrar através das lutas concretas a justeza dessa necessidade. Tal instrumento é o**partido revolucionário**, a ferramenta mais avançada que pode ser criada pelo proletariado, e pelos seus aliados, para a defesa dos seus interesses.

NOTA

[1] Em muitas das reuniões internas da entidade estudantil que dirigem (ANEL), assim como em alguns materiais específicos, os camaradas de liderança do PSTU costumam levantar corretamente as bandeiras pela aliança proletária-estudantil. Tal bandeira, entretanto, desaparece completamente quando tal partido realiza sua intervenção em fóruns mais amplos da universidade, em eleições estudantis e momentos de luta.

Polêmica com a Direção Majoritária da ANEL

Este panfleto foi originalmente distribuído na Plenária Ampliada da ANEL/RJ, ocorrida em 21 de março. A versão aqui disponível contém pequenas correções na grafia e na formatação do texto.

Tendo em vista a preparação para a plenária nacional da **Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre**, encaramos como fundamental debater o rumo que a sua direção majoritária, eleita no último congresso e composta por membros de liderança do**Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU**) tem dado à organização estudantil. Com esta breve polêmica, temos o objetivo de iniciar uma reflexão e um debate com os estudantes da base da ANEL sobre quais os rumos corretos para garantir que a entidade vai cumprir os seus objetivos finais de garantir para os estudantes brasileiros ***uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade.*** Acesse nosso blog ou fale com nossos militantes e vamos juntos lutar por um movimento estudantil realmente capaz de promover grandes mudanças!

I

Nossa primeira diferença com a direção majoritária da ANEL diz respeito aos apelos que a entidade tem sistematicamente feito para que **Dilma (e o PT)** defendam os trabalhadores e estudantes, revogando medidas de ataque à educação, pedindo mais verbas ou mesmo exigindo da presidenta que exproprie o terreno do Pinheirinho e o dê aos trabalhadores que de lá foram brutalmente expulsos pelo governo estadual do PSDB de Alckmin. Isso fica claro nos seguintes trechos publicados nos boletins e no site da ANEL:

> "Para garantir uma educação pública e de qualidade, precisamos exigir da Dilma que revogue os cortes no orçamento e garanta 10% do PIB para a educação já!"
> **Chega de cortes na Educação! 10% do PIB JÁ!**
> **http://www.anelonline.org/?p=211**
>
> "Aproveitaremos a imprensa lá presente para divulgar nossas posições, além de exigir do governo mais verbas para a educação pública já."
> **ANEL participa de reunião com relator do PNE, em Brasília**
> **http://www.anelonline.org/?p=3814**
>
> "Após a invasão do Pinheirinho, o governo Dilma afirmou que havia ocorrido uma 'barbárie'. Porém, se Dilma acha realmente que o povo do Pinheirinho deve ter direito à moradia, por que não desapropria o terreno, já que tem pleno poder para isso? Devemos exigir que o governo federal faça jus às suas declarações e intervenha com a autoridade que tem em favor das famílias desabrigadas."
> **Boletim Especial da ANEL – Fevereiro/Março**

Estes exemplos mostram que a linha central da ANEL em diversas ocasiões e questões políticas variadas tem sido fazer apelos à Dilma para que resolva os problemas apontados. O fato de o governo do PT em aliança com o grosso da burguesia brasileira ter teoricamente "pleno poder" para dar um rumo diferente à educação e às ocupações de terra do país não muda o fato de que esse poder só pode ser usado na defesa dos interesses do grande capital, que possibilitou que Dilma fosse eleita e com o qual o PT tem estado de braços dados há décadas. A oposição que a ANEL tem feito contra o governo Dilma fica bastante enfraquecida com esses recorrentes chamados para que ela aja em favor dos estudantes e dos trabalhadores. Isto está muito errado e só serve para criar ilusões nos estudantes de que fazer pressão sobre o governo pode ser uma saída para resolver problemas tão agudos quanto a falta de verbas para educação ou a questão habitacional no Brasil.

Ao invés de agir como instrumento de pressão sobre o governo, a ANEL deveria deixar claro nos seus boletins que o governo Dilma é comprometido com os empresários e banqueiros brasileiros e dos países imperialistas, e que nunca será capaz de defender as demandas dos estudantes, trabalhadores e oprimidos. Se compreendida como a principal linha da ANEL nessas questões, esta posição de "exigências" dá um viés claramente ***reformista*** à entidade, quando na verdade o movimento estudantil e dos trabalhadores tem potencial para ser muito mais do que instrumento de pressão sobre o governo do PT em aliança com os patrões. Nós defendemos uma virada para uma política consistente de oposição a Dilma e que, contra o seu governo de conciliação com a burguesia, contraponha uma alternativa de poder da classe trabalhadora e dos estudantes, como um objetivo a ser conquistado através das lutas de classe. ***"Façamos nós por nossas mãos tudo o que a nós diz respeito!"***

II

A ANEL tem dado apoio às "greves" e movimentos de policiais civis e militares pelo Brasil, que são a favor das

"melhorias de condições de trabalho e de salários", além da PEC 300, que é um projeto de emenda à constituição para aumentar o piso salarial dos policiais brasileiros. Por exemplo, em uma nota da ANEL do Maranhão:

> "O aumento salarial de 30% e melhorias nas condições de trabalho [para os policiais] são mais que necessárias para que possam fazer o seu trabalho de proteção à população maranhense. Uma categoria que fica submissa aos mandos e desmandos do governo não pode deixar de lutar e garantir seus direitos! Contem com o apoio e solidariedade dos estudantes livres da Anel! Resistir é preciso! Nenhuma confiança no governo e em seus deputados! Todo apoio a luta dos PMs e Bombeiros do Maranhão!"
> **http://anelmaranhao.blogspot.com.br/2011/11/nota-de-solideriedade-aos-policiais.html**

Nós nos opomos fortemente a tal posição. Partimos da compreensão de que os policiais não são parte da classe trabalhadora. O fato de que os policiais são assalariados não pode obscurecer a realidade de que o seu "trabalho" fundamental é garantir a manutenção da ordem capitalista protegendo a propriedade privada. O trabalho dos policiais maranhenses ou de qualquer outro estado não é "defender a população" como quer fazer parecer esta nota escrita pela Direção Majoritária da ANEL. Pelo contrário, como demonstrado historicamente, o trabalho dos policiais é defender o Estado e os capitalistas contra quaisquer investidas, inclusive e principalmente a revolta das classes oprimidas. Perceber isso não exige nenhuma abstração muito grande: qualquer ativista estudantil que tenha enfrentado a repressão policial em um protesto ou qualquer trabalhador que viu a forma como a polícia age com as greves combativas dos verdadeiros trabalhadores é capaz de testemunhar o mesmo.

Nós obviamente nos opomos à repressão do Estado desencadeada contra tais movimentos de policiais, pois elas podem facilmente se voltar contra as lutas dos trabalhadores e estudantes. Mas nós não podemos apoiar uma luta cujo objetivo é melhorar os salários e as "condições de trabalho" da polícia. Melhorar as condições de trabalho da polícia é melhorar as suas condições de reprimir os trabalhadores, o movimento estudantil e a esquerda em geral. Melhorar os salários dos policiais é fazer com que mais pessoas se sintam inclinadas a ingressar nas forças policiais. Isso é uma política suicida para uma organização de luta de qualquer tipo e ainda mais uma que se coloca em oposição ao governo. Em última instância, a vitória dessas lutas dos policiais levaria a um revés para os objetivos de um movimento que desejasse combater o poder do Estado capitalista. Para uma polêmica mais completa contra esta posição, sugerimos nosso documento ***O Vermelho Deles e o Nosso*** disponível em nosso blog. ***Policial não é trabalhador, é braço armado do explorador!***

III

Nós acreditamos que o combate contra as opressões racista, machista e homofóbica são um ponto essencial que deve ser levantado pela ANEL. Mas o programa que a Direção Majoritária da ANEL tem defendido sobre essa questão tem sido, senão incorreto, totalmente insuficiente.

Sobre a questão da homofobia, por exemplo, a primeira coisa a se perceber é que também nesse campo a ANEL está fazendo chamados a Dilma para agir em defesa dos GLBTs. Mas o compromisso de Dilma com a bancada evangélica e com o Partido Progressista (PP) de Jair Bolsonaro, aliado do governo, a impedem de fazer isso. Outro ponto problemático é a insuficiência da defesa da lei que criminalizaria a homofobia (PLC 122). Embora a lei possa representar um avanço, ela seria aplicada pelo mesmo Estado burguês homofóbico, e não resolveria o problema. Por isso, ao lado de defender essa bandeira, que é a obrigação da ANEL, a entidade também deveria defender a formação de ***comitês de estudantes e trabalhadores nas universidades e escolas para vigilantemente defender os GLBT contra a opressão e ataques.*** Isso também iria mostrar que os GLBTs não precisam depender da polícia (que frequentemente também é bastante homofóbica) para se defenderem. Mas esta demanda fundamental está ausente da propaganda da Direção Majoritária da ANEL, assim como da sua prática.

A Morte de Kim Jong-Il e o Futuro da Coréia do Norte

Por Rodolfo Kaleb, fevereiro de 2012

A Coréia do Norte, um dos últimos países de economia burocraticamente planificada, tem um novo "Líder Supremo" para substituir Kim Jong-Il, que morreu no fim de 2011: o próprio filho do burocrata, Kim Jong-Un. Esta é a segunda transição na liderança da burocracia estatal norte-coreana dentro dos marcos da família Kim. Os Kim e toda a camada privilegiada de burocratas de Estado que eles representam tem um dos regimes mais fechados do mundo. Ao mesmo tempo, o ódio das televisões, jornais e outros meios de comunicação burgueses contra a Coréia do Norte não se explica por este fato. Os capitalistas, de Washington a Paris, de Londres a Tóquio, jamais deixaram de prestar apoio a muitos governos tirânicos mundo a fora, desde que fossem subservientes a eles. O seu ódio intrínseco contra a Coréia do Norte, e o apoio enfático aos capitalistas sul-coreanos está na estrutura de classe daquele país.

Estado, economia e burocracia

Nenhuma burguesia nativa ou estrangeira controla a Coréia do Norte. O Estado norte-coreano é responsável pela manutenção, de maneira deformada e débil, de uma economia coletivizada, onde existem fortes barreiras contra a acumulação de capital sob a forma da propriedade privada capitalista. A burguesia foi, como um todo, expropriada econômica e politicamente e deixou de existir enquanto uma classe na Coréia do Norte no fim da década de 1940, muito embora a pressão das burguesias do restante do mundo, principalmente as imperialistas, permaneça afetando o país. Isso tem inclusive levado a burocracia dominante, que é a correia dessas pressões no Estado norte-coreano, a adotar medidas de abertura ao capitalismo, que põem em risco a natureza não-capitalista da economia.

> "A Coréia do Norte foi historicamente organizada sob linhas similares a outras economias centralmente planificadas. Os direitos de propriedade pertenceram largamente ao Estado, recursos foram distribuídos através de planos e não através do mercado, e preços e dinheiro não foram características centrais da economia. Até 1998, a constituição estatal reconheceu duas categorias econômicas gerais: empresas de propriedade estatal e cooperativas de trabalhadores. Do fim dos anos 1940 até o fim dos anos 1980, a Coréia do Norte teve uma das mais completas economias socialistas [sic] no mundo."
>
> "O PTC [Partido do Trabalho da Coréia] é o poder supremo na Coréia do Norte, e ele tem total controle sobre o governo e os órgãos de Estado. As revisões constitucionais de setembro de 1998 mantiveram as estipulações de que a 'República Popular Democrática da Coréia deve conduzir todas as atividades sob a liderança do Partido do Trabalho'. Nenhuma decisão pode ser tomada sem a aprovação do partido, e o partido retém total controle sobre as iniciativas econômicas, fábricas e fazendas cooperativas." **(North Korea: A Country Study. Research Division, Library of Congress, 2009).**

Assim como nos outros Estados operários deformados remanescentes – Cuba, China e Vietnã – a burocracia da Coréia do Norte realizou certas aberturas ao capitalismo (embora em escala muito menor do que os outros três) e uma enorme desestruturação da economia planificada. Tais medidas são fruto do ainda maior isolamento econômico desses países após a destruição da URSS, e também uma capitulação da burocracia a pressões imperialistas. Essas contrarreformas facilitam o trabalho de restauração dos capitalistas, pois fazem crescer mais desigualdades e antagonismos na sociedade norte-coreana.

A propriedade privada existe na Coréia do Norte, dentro de limites estabelecidos e controlados pela burocracia, enquanto uma forma minoritária de propriedade, mas a economia do país ainda é, no geral, de propriedade estatal, embora crescentemente distorcida pela má administração burocrática e pela penetração do mercado. Entretanto, essas mudanças não redefiniram, por si próprias, o caráter do poder estatal. Não houve ainda nenhuma destruição ou mesmo abalo sensível no Estado norte-coreano. A não ser que possamos falar em uma contrarrevolução "imperceptível" e que o Estado esteja se transformando "aos pouquinhos" em um Estado burguês (uma idéia que Trotsky corretamente apelidou de "reformismo ao contrário") essas reformas econômicas ainda não mudaram o ***caráter de classe do poder dominante*** na Coréia do Norte. Só a destruição do atual aparelho de Estado e a sua substituição por outro erguido pela burguesia poderia ser identificada enquanto a vitória de uma contrarrevolução social.

Os trotskistas tem a tarefa de ***defender a Coréia do Norte contra qualquer ameaça de restauração capitalista***. A expropriação da classe capitalista na Coréia do Norte possibilitou muitas conquistas sociais – a saber, grandes avanços nos campos de direitos das mulheres, alimentação e habitação, saúde e educação. A renda per capta na Coréia do Norte era maior que a da Coréia do Sul até meados da década de 1970 (de acordo com a pesquisa *Country Studies* sobre a Coréia do Norte). Ao mesmo tempo, a burocracia da Coréia do Norte tem uma condição privilegiada e a desestruturação econômica que ela causa leva a desastres econômicos, como a grande fome resultante do colapso agrícola que afetou o país no início dos anos 1990. A burocracia é um órgão permanente de desigualdade, obtendo benesses lícitas e ilícitas, erigindo um padrão de vida desproporcionalmente mais alto do que o da população trabalhadora.

Mas as condições de vida na Coréia do Norte, ainda que sem as terríveis deformações impostas pela burocracia, dificilmente poderiam superar a de muitos países capitalistas centrais. Apesar da retórica de aparência marxista dos governantes do país, não pode existir socialismo em uma nação tão pequena e atrasada enquanto o resto do mundo permanece capitalista. Discutindo a caracterização de "socialista" para a União Soviética (onde o desenvolvimento econômico era bem maior que na Coréia do Norte), Leon Trotsky concluiu:

> "Marx entendia, em todo caso, por 'estágio inferior do comunismo' uma sociedade cujo desenvolvimento econômico seria, desde o início, *superior* ao do capitalismo avançado. Teoricamente, essa maneira de colocar a questão é irreprovável, pois o comunismo,*considerado em escala mundial*, constitui, mesmo no seu estágio inicial, no seu ponto de partida, um grau superior em relação à sociedade burguesa. (...) É, pois, muito mais exato chamar o atual regime soviético, com todas as suas contradições, não de socialista, mas de*transitório* entre o capitalismo e o socialismo, ou *preparatório* para o socialismo." (**A Revolução Traída, 1936).**

O socialismo, mesmo em seu provavelmente conturbado início pós-revolucionário, irá superar em muito o capitalismo mais avançado – para o que é necessário derrotar a burguesia mundial com a intervenção da classe trabalhadora nos países dependentes e centrais. Isolada, a Coréia do Norte permanece um país pressionado, e, portanto, prisioneiro das pressões imperialistas, ainda que indiretamente. O país negou o capitalismo, mas ainda não o superou, o que é parte essencial do desenvolvimento socialista.

Os trotskistas buscam fazer a roda da história girar para a frente. O futuro da Coréia do Norte deve ultrapassar o seu passado capitalista, e não retornar a ele. Apenas o socialismo despertará as forças produtivas e a prosperidade global que o desenvolvimento tecnológico capitalista permite, mas que são retidas irracionalmente pelas crises e desemprego em massa, pelo empobrecimento da classe trabalhadora, pela divisão nacional entre os países, a concorrência local e global entre oligopólios imperialistas e pelas guerras geradas por esse mesmo sistema. Mas para expandir a revolução em nível mundial, os trabalhadores na Coréia do Norte precisam, em primeiro lugar, se livrar dos parasitas burocráticos que comandam o seu próprio país.

A Segunda Guerra Mundial e o Chon Pyong

A península da Coréia foi, entre 1905 e o fim da Segunda Guerra Mundial, uma região dominada pelo imperialismo japonês. Era uma nação principalmente agrária, mas com um proletariado jovem e concentrado nas grandes cidades. O Partido Comunista de orientação stalinista ganhou influência entre as massas ao organizar a luta armada contra a ocupação japonesa. A derrota do Japão na guerra e a subsequente destruição do império colonial japonês removeram o principal obstáculo para o sucesso de uma revolução no país. Quase toda a frágil burguesia coreana havia apoiado a ocupação japonesa e as massas populares lhes nutriam imenso ódio.

O Japão começou sua retirada da Coréia diante das suas derrotas no Pacífico. A URSS stalinista declarou guerra ao Japão apenas nos últimos meses da Segunda Guerra, em 8 de agosto de 1945, e ocupou com seus exércitos a península coreana pelo Norte. Apesar de inicialmente planejar avançar livremente pelo território, a pressão dos Estados Unidos fez Stalin aceitar que o exército soviético não ultrapassasse o 38º paralelo, que garantiria aos capitalistas norte-americanos o domínio de Seul, desde então a principal cidade industrial da região. Os Estados Unidos só ocuparam a Coréia um mês depois, após uma invasão anfíbia em 9 de setembro, e mantiveram seus exércitos na parte Sul.

Desde a saída do Japão, a luta de classes na Coréia entrou em uma situação pré-revolucionária. Cresceu enormemente a influência do Partido Comunista e surgiram espontaneamente comitês populares de massa. Vários comitês de trabalhadores também realizaram ocupações de fábrica de Norte a Sul do país. Foi a partir de ações desse tipo que se organizou o ***Chon Pyong*** (Conselho Nacional dos Trabalhadores), como uma forma de controle proletário das indústrias e bairros.

A ocupação norte-americana no Sul da Coréia recebeu merecido ódio da população trabalhadora. O exército dos Estados Unido manteve a mesma legislação policial da ocupação japonesa para lidar com a situação explosiva da luta de classes. Os representantes da burguesia imperialista também colaboraram com os capitalistas nativos e montaram um governo fantoche do Partido Democrático Coreano (PDC) comandado por Synghman Rhee, que estava em uma posição de extrema instabilidade e não conseguiria ter se mantido sem a presença dos

Estados Unidos.

O Chon Pyong era dirigido principalmente pelos stalinistas, mas também influenciado por correntes de orientação socialdemocrata. Na parte Sul da Coréia, o instrumento de duplo poder dos trabalhadores coreanos foi logo posto na ilegalidade pelo governo burguês de Rhee. A resistência contra as prisões de líderes stalinistas no início de 1946 desencadeou uma luta de milhões que foi severamente reprimida e derrotada pela ocupação norte-americana. O impacto desse embate armado direto teve efeitos severos sobre os rumos da Coréia. Diante de extrema pressão imperialista, o exército soviético ocupante expropriou a burguesia nacional e estrangeira no Norte. Essa medida foi tomada pelos stalinistas porque dela dependia a sua sobrevivência, tendo em vista a pouca tolerância da ocupação imperialista com a turbulência social.

O novo "aparato especial de homens armados" no Norte representava os interesses dos líderes militares stalinistas, que tomaram a URSS como um modelo. Os setores militares da burocracia stalinista, que dominaram desde o começo este Estado não tinham características próprias de uma classe social. Eles foram obrigados a reproduzir na Coréia do Norte a mesma base social estabelecida na União Soviética pelos trabalhadores revolucionários após 1917, ou seja, monopólio do comércio exterior e domínio estatal do comércio interno, propriedade estatal geral das indústrias e demais meios de produção, planificação econômica e estabelecimento de barreiras à acumulação de capital privado. Todas essas características, entretanto, foram deformadas pelo domínio da casta burocrática, que na Coréia do Norte esteve no controle desde a formação do Estado.

O líder desta casta dominante recém-formada era Kim Il-Sung, que dirigia um destacamento coreano sob as ordens do exército soviético, e foi escolhido a dedo por Stalin para este posto. Os comitês populares do Norte foram incorporados à estrutura estatal e perderam a sua independência, mas mantiveram temporariamente sua existência. Assim surgiu a separação, marcada pelo 38º paralelo, entre a "República da Coréia" ao Sul e a "República Democrática Popular da Coréia" ao Norte.

A Guerra da Coréia

A luta de classes na Coréia continuou em graus flamejantes depois da retirada dos dois exércitos de ocupação em 1949, resultado de acordos diplomáticos. Durante todo o período anterior à saída da URSS e dos Estados Unidos, uma verdadeira guerra de baixo impacto ocorria entre o governo burguês da Coréia do Sul e guerrilhas urbanas pró-Norte. Não foi de nenhuma forma uma surpresa quando começaram a surgir conflitos de fronteira entre os dois Estados. Ambos os lados tinham planos belicosos um em relação ao outro. Em 3 de julho de 1950, um conflito se iniciou entre os dois Estados em razão de uma disputa de fronteira. O exército da Coréia do Sul derreteu enquanto as tropas do Norte avançavam – deserções em massa, devido ao amplo apoio popular do Norte, fizeram com que em pouco tempo as tropas de Kim dominassem quase toda a península, isolando as tropas sul-coreanas no extremo meridional.

Durante os três meses nos quais a península foi mantida sob controle da República Democrática Popular da Coréia, várias empresas estrangeiras foram expropriados. A burguesia norte-americana, apoiada pelas outras potências imperialistas, reagiu. Em 15 de setembro de 1950, a recém-fundada organização das Nações Unidas interviu no conflito. A ONU foi a fachada para um exército formado por unidades de mais de 16 nações capitalistas, incluindo Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá. Em algumas semanas, esse colosso contrarrevolucionário expulsou as forças do Norte 38º paralelo acima e chegou até a fronteira da Coréia com a China, no Rio Yalu. O terror contrarrevolucionário é sempre muito mais violento do que qualquer levante popular. Estima-se que o exército da ONU cometeu mais de cem mil execuções apenas na sua investida inicial em território coreano. Deve ficar bem marcado na memória dos trabalhadores como foi que essa organização que se proclama até hoje como a defensora da "paz mundial" inaugurou o seu currículo.

A reação do Norte veio com o apoio do exército da República Popular da China, força armada do Estado operário deformado que havia se estabelecido nessa gigantesca nação em 1949. Mao Zedong e os burocratas de Beijing regiram diante da ameaça imperialista iminente e duzentos mil soldados coreanos e chineses fizeram as tropas da ONU recuar de volta ao 38º paralelo em julho de 1951. Ali se estabeleceu um equilíbrio bélico em que nenhuma das tropas conseguia mais avançar sobre a outra. No mesmo ano começaram negociações para estabelecer um armistício, mas ele só veio dois anos depois, em 27 de julho de 1953. Nesse período os bombardeios aéreos da ONU devastaram toda a Coréia e reduziram o país a escombros.

O armistício dividiu de forma prolongada o país, situação que se mantém até hoje. No Sul foi restabelecido um governo burguês ditatorial, regime que se manteve até o

fim dos anos 1980. Já na Coréia do Norte, com a destruição pelo conflito das experiências dos comitês proletários, se fortaleceu o domínio da burocracia stalinista. Kim Il-Sung ergueu um culto nacionalista e personalista, enquanto se autoproclamava o "Grande Líder Perpétuo" do país. Tais ações foram acompanhadas de um expurgo massivo de quaisquer dissidentes políticos e abriu caminho para o domínio autônomo da burocracia.

Um partido trotskista na Guerra da Coréia teria dado apoio militar incondicional ao Norte. A vitória do Norte, naquelas circunstancias, teria representado a extensão de uma revolução social, ainda que deformada, e isso teria trazido vantagens estratégicas para os trabalhadores coreanos em uma luta pelo socialismo. A vitória dos capitalistas sul-coreanos aliados ao imperialismo mundial, por outro lado, representaria o completo esmagamento armado dos trabalhadores politicamente organizados. Mas ao mesmo tempo em que defendessem militarmente o Norte, os trotskistas não deixariam de denunciar os interesses antidemocráticos e nacionalistas da burocracia, para preparar a consciência dos trabalhadores para a sua derrubada por uma revolução política. A posição política essencial dos trotskistas seria a defesa estratégica do Chon Pyong, os sovietes coreanos, contra ambos os exércitos capitalistas e possíveis agressões dos burocratas stalinistas, que temem até hoje a livre expressão política dos trabalhadores.

Leninismo vs. Juche

As contradições da revolução social deformada realizada na Coréia do Norte foram responsáveis pelas características problemáticas do Estado norte-coreano que dela surgiu – equivalentes às analisadas por Leon Trotsky para a União Soviética sob Stalin. A principal dessas características é também a base da política stalinista – o "socialismo num só país". A perspectiva do "socialismo num só país", dificilmente formulada claramente pelos stalinistas, é a essência causadora de grandes derrotas para o proletariado mundial. Ela corresponde perfeitamente, entretanto, aos interesses principais da burocracia dos Estados operários deformados.

A ideia de que uma nação atrasada, por supostas "especificidades nacionais", pode chegar por si só ao socialismo; a disposição plena de coexistir com a burguesia imperialista e a capitulação aos seus setores "democráticos", "de esquerda" ou "progressivos"; o apoio descarado a partidos e chefes burgueses nos países atrasados em detrimento da independência da classe trabalhadora; a ideia de que o socialismo é compatível com a manutenção de um poderoso aparato policial; o culto à personalidade dos líderes e uma fraseologia de aparência marxista – nisso consiste a política do stalinismo.

A "doutrina nacional" estabelecida na Coréia do Norte por Kim Il-Sung após o fim da Guerra da Coréia (e que inspirou seus descendentes) é uma versão de "socialismo num só país". O "Juche", que significa autossuficiência, é a ideologia oficial do Estado norte-coreano e afirma que essa pequena e pobre nação tem plenas condições de atingir o socialismo sem qualquer interferência do proletariado dos outros países. De acordo com Kim Il-Sung:

> "Nós sempre nos apegamos ao princípio de resolver todos os problemas da revolução e da construção independentemente, de levar em conta as verdadeiras condições do nosso país e***confiando principalmente na nossa própria força***. Nós aplicamos criativamente os princípios universais do Marxismo-Leninismo e as experiências de outros países para caber nas condições históricas e peculiaridades nacionais do nosso país, ***e resolvemos os problemas sob nossa própria responsabilidade, sob todas as circunstâncias, nos opondo ao espírito de confiança nos outros e levantando o princípio da autoconfiança.*** A palavra Juche, amplamente conhecida pelo mundo, é um termo que expressa tal princípio criativo e independente e a posição a qual aderiu nosso partido ao conduzir a luta revolucionária e o trabalho construtivo". **(Respostas às Perguntas da Delegação dos Jornalistas Iraquianos, 1971, ênfase nossa).**

Apesar de todos os floreios sobre "autoconfiança" e "aplicação criativa" que os stalinistas norte-coreanos

supostamente defendem, o centro da sua política é a dispensa que fazem dos trabalhadores dos outros países, que consideram um fator irrelevante para o desenvolvimento do seu "socialismo". Mas uma nação atrasada não pode chegar ao socialismo sem que os trabalhadores dos outros países realizem suas revoluções. O socialismo só pode triunfar quando vitorioso a nível mundial. Por essa razão, a perspectiva de Lenin e do Partido Bolchevique/Comunista até 1923 era diametralmente diferente. Ao mesmo tempo em que faziam tudo que estava ao seu alcance para defender a União Soviética do ponto de vista econômico e militar, os leninistas colocavam como sua primeira tarefa apoiar o proletariado dos outros países para que quebrassem o isolamento do seu próprio. Deixemos que Lenin fale por si próprio:

> "Nós sabemos que ajuda de vocês provavelmente não virá em breve, camaradas trabalhadores norte-americanos, já que a revolução está se desenvolvendo em diferentes países com formas e ritmos diferentes (e não pode ser de outra maneira). Nós sabemos que embora a revolução proletária europeia esteja amadurecendo depressa, ela pode, apesar de tudo, não irromper nas próximas semanas. Nós apostamos na inevitabilidade da revolução mundial, mas isso não significa que nós sejamos tolos a ponto de apostar na inevitabilidade de a revolução vir em uma data *específica* e próxima. Nós vimos duas revoluções em nosso país, 1905 e 1917, e nós sabemos que as revoluções não são feitas por encomenda, nem por acordo. Nós sabemos que as circunstâncias trouxeram o *nosso* destacamento do proletariado socialista ao primeiro plano, não por causa dos nossos méritos, mas em razão do excepcional atraso da Rússia, e que *antes* que a revolução mundial irrompa, uma série de revoluções separadas pode ser derrotada."
>
> "Apesar disso, nós estamos firmemente convencidos de que somos invencíveis, porque o espírito da humanidade não será quebrado pela carnificina imperialista. A humanidade vai derrota-la. E o primeiro país a *quebrar* as correntes convictas da guerra imperialista foi o*nosso* país. Nós suportamos sofrimentos enormemente pesados na luta para quebrar essas correntes, mas nós as *quebramos*. Nós estamos *livres* da dependência imperialista, nós levantamos a bandeira da luta pela completa derrubada do imperialismo para que todo o mundo visse."
>
> "Nós estamos agora em uma fortaleza sitiada, esperando pelos outros destacamentos da revolução socialista mundial para virem ao nosso resgate. Esses destacamentos *existem*, eles são *mais numerosos que os nossos*, eles estão amadurecendo, crescendo, ganhando mais força conforme as brutalidades do imperialismo continuam. (…) Lentamente, mas certamente os trabalhadores estão adotando táticas comunistas, bolcheviques, e estão marchando rumo à revolução proletária, a única capaz de salvar a cultura e a humanidade que perecem." **(Carta aos Trabalhadores Norte-americanos, agosto de 1918).**

Obviamente, a Coréia do Norte também é uma "fortaleza sitiada", ainda que bastante deformada, cujos ***verdadeiros*** leninistas devem buscar resgatar, não apenas defendendo-a militarmente contra os capitalistas, mas principalmente lutando pelo sucesso da revolução mundial. A política dos stalinistas da família Kim ignora esta segunda e mais importante tarefa, o que faz dela (como as outras variantes do stalinismo) uma ideologia nacionalista pequeno-burguesa. A verdadeira preocupação dos stalinistas é a manutenção da sua própria condição privilegiada:

> "A paz é a aspiração comum da humanidade, e apenas quando a paz for garantida podem as pessoas criar uma vida nova independente. A ideia errada e a política de ultrapassar a independência de outros países e outras nações e de dominar os outros é a causa da atual ameaça à paz. Para salvaguardar a paz, todos os países e nações devem manter a independência, se opor a políticas desse tipo e desenvolver uma poderosa luta internacional conjunta para prevenir a agressão e a guerra". **(Kim Il-Sung, Por um Novo Mundo Livre e em Paz – Discurso à Cerimônia de Abertura da 85ª Conferência Parlamentar, 29 de abril de 1991).**

Os stalinistas querem o apoio do proletariado internacional somente na medida em que este lute pela estabilidade e da paz do seu país com as burguesias imperialistas. Mas a paz em longo prazo com as burguesias imperialistas é uma ilusão terrível: os capitalistas não podem descansar enquanto não retomarem completamente o domínio do país. A "defesa das nações e da paz" somada à negação da tarefa de apoiar o proletariado internacional contra os "seus" Estados e "suas" burguesias (ou seja, de ajudar a promover os conflitos de classes dentro dos países capitalistas a favor do proletariado), é uma acomodação nacionalista do marxismo em favor dos interesses da casta burocrática stalinista, de coexistir com o capitalismo em nível mundial, e só é uma receita para a derrota. Como está escrito no documento do II Congresso da Internacional Comunista dirigida por Lenin e Trotsky:

> "O nacionalismo pequeno-burguês restringe o internacionalismo ao reconhecimento do princípio da igualdade das nações e (sem insistir sobre seu caráter puramente verbal) conserva intacto o egoísmo nacional, ao passo que o internacionalismo proletário exige: (1º) A subordinação dos interesses

da luta proletária em um país ao interesse desta luta no mundo inteiro; (2º) Da parte das nações que venceram a burguesia, o consentimento para os maiores sacrifícios nacionais em função da derrubada do capital internacional. No país onde o capitalismo já se desenvolveu completamente, onde existem partidos operários formando a vanguarda do proletariado, a luta contra as deformações oportunistas e pacifistas do internacionalismo, por parte da pequena burguesia, é também um dever imediato dos mais importantes (...)" **(Teses e Acréscimos sobre as Questões Nacional e Colonial, Segundo Congresso da Internacional Comunista, 1920).**

Outra diferença entre o leninismo e a política dos stalinistas norte-coreanos é o papel que pode cumprir o nacionalismo para a classe trabalhadora. Kim Il-Sung tornou o culto à nacionalidade coreana uma pedra de toque da sua doutrina:

"Assim, o patriotismo e o internacionalismo são inseparáveis. Aquele que não ama o seu próprio país não pode ser leal ao internacionalismo, e aquele que não tem fé no internacionalismo não pode ter fé no seu próprio país e povo. Um verdadeiro patriota é precisamente um internacionalista e vice-versa." **(Kim Il-Sung, Sobre Eliminar o Dogmatismo e o Formalismo e Estabelecer o Trabalho Ideológico Juche – Discurso aos Propagandistas e Agitadores do Partido, 28 de dezembro de 1955).**

Para Lenin e os Bolcheviques, o nacionalismo era uma praga perniciosa que no mínimo (no caso dos países atrasados) atrapalhava a luta pela libertação nacional e mantinha os trabalhadores presos à burguesia, e no máximo (no caso dos países avançados) justificava a matança e a dominação imperialista. Em 1913, ainda como um socialdemocrata revolucionário, Lenin escreveu:

"O marxismo não pode ser reconciliado com o nacionalismo, nem mesmo na sua forma 'mais justa', 'mais pura', mais refinada ou civilizada. No lugar de todas as formas de nacionalismo, o marxismo propaga o internacionalismo, o amálgama de todas as nações em uma unidade maior, uma necessidade que cresce diante dos nossos olhos, com cada quilômetro de ferrovia que é construído, com cada truste internacional, e com cada associação internacional de trabalhadores que é formada (uma associação que é internacional em suas atividades econômicas como nas suas ideias e objetivos)." **(C omentários Críticos sobre a Questão Nacional, capítulo 4, 1913).**

Somada ao culto da pátria norte-coreana, Kim Il-Sung e seus herdeiros também estabeleceram o culto às suas próprias personalidades. Nisto, os stalinistas norte-coreanos são os campeões: seu narcisismo chega a graus tão elevados que o calendário estabelecido no país tem como Ano Um o ano do nascimento de Kim Il-Sung, 1912. Quanto a isso, nem cabem argumentos. ***O Juche, assim como as demais variantes do stalinismo, nada tem a ver com o leninismo.***

Trotskismo e pablismo

A deformação stalinista do marxismo foi combatida pela Oposição de Esquerda Internacional (precursora da Quarta Internacional), fundada por Leon Trotsky. Ele mostrou como a política de Stalin tinha servido como a melhor fachada para uma casta de burocratas que se aproveitaram da fragilidade do proletariado russo para se alçar ao poder e defender seus próprios interesses, em oposição aos da classe trabalhadora.

As transformações sociais do pós-guerra (não apenas na Coréia do Norte, mas também na Europa Oriental, China e Vietnã do Norte) levaram à desorientação e ao surgimento do revisionismo nas colunas do trotskismo. A Quarta Internacional ficara extremamente fragilizada pelo assassinato de muitos dos seus quadros mais experientes durante o conflito mundial. Os novos dirigentes da Quarta Internacional: Michel Pablo, Ernest Mandel, Pierre Frank dentre outros, impactados de forma impressionista pelos novos eventos, defenderam que os trotskistas deveriam passar a ser um instrumento de pressão sobre os partidos e burocracias stalinistas que haviam criado os Estados operários deformados, porque eles seriam supostamente capazes levar o mundo ao socialismo pelas novas circunstâncias objetivas. Isso é o mesmo que abandonar uma perspectiva orientada para a classe trabalhadora, e a oposição irreconciliável do trotskismo contra o stalinismo.

Esta foi apenas a primeira operação revisionista de uma metodologia baseada em apoiar acriticamente vários tipos de lideranças não revolucionárias (fossem elas reformistas, burocráticas, pequeno-burguesas ou até mesmo burguesas) que contassem com certo grau de popularidade. Este era o caso do stalinismo imediatamente após a Segunda Guerra Mundial.

Para sustentar sua perspectiva, os pablistas (como foram apelidados esses revisionistas) precisaram abstrair o fato de que os stalinistas, em muito mais situações potencialmente revolucionárias, fizeram de tudo para restabelecer o poder burguês. Além disso, havia entre esses novos Estados operários deformados e o objetivo dos bolcheviques-leninistas ("trotskistas") diferenças substanciais.

Os stalinistas jamais lideraram a classe trabalhadora ao poder numa revolução proletária. Onde expropriaram a burguesia, foi comandando exércitos de Estados operários burocratizados, ou exércitos de guerrilha com base camponesa, impondo de cima para baixo uma

transformação social progressiva, porém profundamente deformada, em países atrasados. Essas características levaram essas novas formações sociais à mesma "coexistência pacífica" com as potências capitalistas e a negação dos princípios internacionalistas do marxismo, assim como o estabelecimento de um aparato hostil à classe trabalhadora. Os pablistas apagaram a distinção crucial do trotskismo entre um Estado operário e um Estado operário deformado ou degenerado. Por isso, os verdadeiros bolcheviques-leninistas se mantiveram firmes no combate intransigente contra todas as variantes do stalinismo.

O PCB e a herança stalinista

Quando a Morte de Kim Jong-il foi anunciada no fim de dezembro, um dos grupos da esquerda brasileira que se pronunciou sobre este evento foi o Partido Comunista Brasileiro, que publicou uma declaração assinada pelo seu Comitê Central intitulada **"O povo norte-coreano é que deve decidir o seu destino"**. O PCB, um dos herdeiros da herança stalinista no Brasil, foi cauteloso. Comentou sobre a ausência de informações confiáveis na imprensa e que "seria uma irresponsabilidade política (...) dar uma opinião categórica a respeito da conjuntura por que está passando a Coréia do Norte".

A escassez de informação é algo que realmente afeta toda a esquerda quando o assunto é a Coréia do Norte. É impossível, por exemplo, ter posições políticas sobre questões provavelmente importantes da luta de classes do país, às quais nós simplesmente não temos acesso. Frequentemente é preciso se limitar às questões teóricas mais essenciais, que envolvem a natureza do país e a partir daí desenvolver o programa marxista de forma limitada. A censura estatal norte-coreana, o PCB se "esqueceu" de acrescentar, também contribui para essa dificuldade.

Mas o PCB, obviamente, não se limitou a declarar tais obstáculos empíricos. De forma um pouco surpreendente, afirmou:

> "No entanto, pelas poucas informações de fontes confiáveis de que dispomos e pela literatura oficial do regime, preocupam-nos os indícios de falta de democracia popular e de riscos de regressão dos fundamentos socialistas. Por outro lado, registramos como positivas diversas conquistas sociais, com destaque para a educação universal, e a firme postura anti-imperialista."

Devemos nos perguntar o que poderia estar por trás deste apanhado enigmático de afirmações. "Preocupa" o comitê central do PCB que não haja democracia, e que podem estar regredindo os "fundamentos socialistas" na Coréia do Norte. Mas quais são as causas dessa regressão e da falta de democracia proletária? Quem são os agentes sociais que levam à desagregação da economia planificada e às aberturas ao capitalismo? Quem são os responsáveis pela supressão de direitos de organização sindical e partidária dos trabalhadores e pela rígida censura estatal? Quais são as tarefas dos comunistas no país em decorrência disso? Sobre essas questões, a declaração do PCB nada tem a dizer. Obviamente, o partido não levanta nem sequer a mais sutil crítica contra o governo da burocracia.

A suposta "firme postura anti-imperialista" do governo norte-coreano, por outro lado, carece de justificação. Se estivesse realmente preocupado com qualquer "fundamento" que representasse um avanço para a classe trabalhadora da Coréia do Norte, o PCB não prestaria tributo aos burocratas comprometidos em manter a sua "autossuficiência" cercada pelos Estados imperialistas e cada vez caminhando a passos mais largos para a completa capitulação diante deles. A burocracia que impede a democracia proletária há quase 60 anos (e com ela o exercício racional das formas econômicas coletivizadas e qualquer iniciativa pela revolução mundial) é a principal culpada pelo fato de o país estar isolado e sofrendo forte pressão imperialista.

Muitos anos repetindo a mentira de que a União Soviética e outros Estados com os quais estivesse politicamente alinhado eram "socialistas" (num mundo ainda dominado pelas burguesias imperialistas) fez com que alguns membros da liderança do PCB desenvolvessem a compreensão de que para ser efetivamente "anti-imperialista", não é necessário lutar pela revolução mundial – algo que definitivamente não é interesse dos burocratas norte-coreanos e que a burocracia soviética sempre trabalhou para evitar. A declaração continua:

> "O PCB expressa sua mais firme solidariedade ao povo norte-coreano, que soberanamente deve decidir os destinos de seu país, sem qualquer ingerência de potências estrangeiras. No que se refere ao processo de construção do socialismo, cabe ao PCB apenas nutrir esperanças de que os trabalhadores norte-coreanos possam ajustar seu rumo, assumindo papel dirigente no fortalecimento do poder popular e na luta contra qualquer forma de restauração capitalista."

Temos acordo com o PCB de que a Coréia do Norte deve ser defendida contra qualquer ataque de potências imperialistas, assim como também possíveis tentativas internas de restauração do capitalismo, por sinal. Está correto afirmar, em geral, que o povo norte-coreano deve decidir o seu destino. Mas falta a esta afirmação qualquer indicação sobre qual deve ser o programa político defendido pelas massas norte-coreanas, ou qual deve ser a sua atitude com relação ao governo despótico da burocracia que, na prática, impede que tais massas decidam seu destino.

O resultado das contradições da Coréia do Norte enquanto Estado operário deformado ainda não foram decididas pela história. Por isso, prestamos nossa solidariedade à classe trabalhadora do país, a única capaz de resolver essa contradição a favor do socialismo, e dedicamos toda nossa ira e denúncias contra a casta de burocratas que usurpam e destroem a economia expropriada dos capitalistas e sempre afogaram, desde a sua subida ao poder, qualquer iniciativa dos trabalhadores. "Nutrir esperança" em um futuro socialista enquanto na prática não há a menor preocupação em apontar quem são os aliados e os inimigos dos trabalhadores, quais devem ser os seus objetivos estratégicos ou sequer se devem ou não apoiar politicamente o governo norte-coreano só pode significar lavar as mãos e deixar que a História se faça sozinha.

O método do marxismo busca uma compreensão analítica sobre a realidade para poder intervir sobre ela. Este é o centro da afirmação de Marx de que a questão não é entender a realidade como um fim em si, ***mas para modificá-la***. Os leninistas não devem enxergar o desenvolvimento histórico como uma sucessão de eventos pré-definidos que independem da dinâmica da relação entre as classes sociais e de seus respectivos estratos, assim como da intervenção consciente dos marxistas. Era por esse motivo que Lenin sempre estabelecia tarefas concretas para orientar a classe trabalhadora, tanto nos momentos de maior reação como nos de maior levante revolucionário.

O PCB, entretanto, parece adotar uma metodologia de completa indiferença sobre as tarefas concretas da classe trabalhadora norte-coreana, já que o partido sequer tenta encontrar as causas dos problemas (pelos quais eles próprios reconhecem estar passando a Coréia do Norte) na dinâmica das relações entre as diferentes camadas sociais. Muito menos estão dispostos a reconhecer que o motivo principal dos problemas apontados está nos interesses da casta burocrática dominante liderada pela família Kim, que segue rumos diferentes das necessidades práticas e históricas da classe trabalhadora.

Na política como na vida, as decisões que tomamos ontem são a base das que tomaremos amanhã. Os líderes do PCB não poderiam deixar de lado a escola na qual foram educados. Muitos membros mais jovens do "Partidão" não encaram o stalinismo com o mesmo entusiasmo que a liderança e veem nele até mesmo um mal "necessário" do século passado. Mas um estudo sério das posições do PCB no passado e no presente, desde o "voto crítico" em candidaturas burguesas como a de Dilma (no segundo turno das eleições de 2010) até a defesa dos principais crimes da burocracia da União Soviética contra os trabalhadores (como o esmagamento da revolução espanhola de 1936-7 e dos sovietes húngaros de 1956) encontram na metodologia do stalinismo a sua explicação. Na hora de afirmar seu progenitor ideológico, o PCB não teve dúvidas, nem foi deliberadamente vago:

> "O PCB nunca teve relações bilaterais formais com o Partido do Trabalho da Coréia. Historicamente, nossas relações internacionais têm origem no campo político que foi liderado pelo Partido Comunista da União Soviética. Recentemente, em 2010, um conselheiro da embaixada norte-coreana no Brasil nos honrou com sua presença e saudação em nosso XIV Congresso Nacional."

Para aqueles membros do PCB que tinham quaisquer dúvidas sobre a orientação do seu partido, está claro que um Comitê Central que se sente "honrado" com a presença da diplomacia de Kim Jong-Il em seu próprio Congresso não deve estar do lado dos trabalhadores da Coréia do Norte, nem a favor do sucesso a nível mundial da revolução socialista.

Por que a Coréia do Norte é um Estado operário deformado?

Apesar de declararmos que a classe trabalhadora da península coreana foi estrangulada pela contrarrevolução da ONU e pelo stalinismo, que ela não foi protagonista na construção do atual Estado da Coréia do Norte, e que hoje ela é oprimida pela burocracia, acreditamos que, apesar disso tudo, o país é um **Estado operário deformado**. *Por que um Estado que controla e oprime a classe trabalhadora merece qualquer título de proletário?*

Esta não é uma questão teórica nova. Essa pergunta ignora as formas que podem tomar o domínio da classe proletária em países atrasados e isolados sob a pressão capitalista. Tal questionamento foi levantado em 1937 na disputa dentro do *Socialist Workers Party* (Partido dos Trabalhadores Socialistas) norte-americano a respeito da natureza e das tarefas para a URSS na guerra mundial que se aproximava. Leon Trotsky respondeu da seguinte forma ao questionamento sobre a possibilidade de haver uma "classe dirigente e ao mesmo tempo oprimida":

> "Como nossa consciência política poderia deixar de se indignar — dizem os ultra-esquerdistas — quando nos querem obrigar a crer que na URSS, sob o regime de Stalin, o proletariado é a classe dirigente? Sob uma forma tão abstrata, semelhante afirmação é, efetivamente, suscetível de provocar indignação. Mas o problema é que as categorias abstratas, necessárias no processo de análise, não são totalmente convenientes para síntese que exige o maior caráter concreto possível. O

proletariado soviético constitui a classe dirigente em um país atrasado, onde os bens materiais de primeira necessidade são produzidos em quantidade insuficiente. O proletariado da URSS domina em um país que não representa mais do que um doze avos da humanidade; o imperialismo domina os outros onze doze avos. A dominação do proletariado, já deformada pelo atraso e pobreza do país, está ainda duas ou três vezes mais deformada pela pressão do imperialismo mundial. O órgão de dominação do proletariado — o Estado — converte-se assim, em órgão da pressão do imperialismo (a diplomacia, o comércio exterior, as ideias e os costumes). Na escala histórica a luta pela dominação não se dá entre o proletariado e a burocracia, mas sim entre o proletariado e a burguesia mundial. Nesta luta a burocracia não é mais do que um mecanismo de transmissão. A luta não terminou. (...) A burguesia, seja fascista ou democrática, não pode satisfazer-se com as isoladas proezas contrarrevolucionárias de Stalin, tem necessidade da contrarrevolução completa nas relações de propriedade e de abertura no mercado russo. Enquanto não conseguir isto, considera o Estado soviético como um inimigo. E tem razão." **(Um Estado não operário e não burguês, novembro de 1937)**

Apesar de toda a podridão da burocracia dominada pela família Kim na Coréia do Norte, e de todos os seus crimes contra o socialismo e a classe trabalhadora, o país se baseia, até hoje, nas formas sociais ***proletárias***. Esse modo de produção foi estabelecido numa situação excepcional, como resposta à pressão do imperialismo de um lado, e da classe trabalhadora coreana e mundial do outro; mas pelo atraso do país e pelo controle, desde o início, da casta burocrática de Kim Il-Sung, a classe trabalhadora não pôde exercer com eficiência e democracia as formas proletárias da economia, nem lutar pela revolução mundial através do Estado dominado pela burocracia "autossuficiente".

A burocracia tem o interesse principal de sugar as forças da economia nacionalizada. Mas a base econômica proletária não pode ser uma bolsa de sangue que alimenta um parasita. A burocracia está em contradição com a base social sobre a qual ela reside e vai, a todo o momento, deformar mais profundamente o Estado e as conquistas sociais, sujar o nome do socialismo para a classe trabalhadora do mundo inteiro e fazer surgir setores na sociedade norte-coreana, e dentro da própria burocracia, comprometidos diretamente com a destruição da economia coletivizada.

Como não representam uma nova classe, os burocratas que se estabeleceram após a ocupação do exército soviético tiveram de repetir a mesma formação social criada pelos trabalhadores (e degenerada pela burocracia) que existia na URSS. Apesar de tais deformações, muitas tarefas da revolução dos trabalhadores já foram alcançadas. Chegando ao poder, os trabalhadores na Coréia do Norte não vão precisar, no dia seguinte à sua vitória, ter que expropriar a burguesia e enfrentar a resistência de uma classe exploradora enraizada na produção.

Os trabalhadores norte-coreanos, apesar de oprimidos pela burocracia, são a classe principal na economia do país: a burocracia, mera ***administradora***, não tem a ***posse*** das indústrias, terras, portos e outros meios de produção; não pode transmitir esses direitos por herança, por exemplo. Apenas os mais impressionistas considerariam que a sucessão aparentemente dinástica da burocracia norte-coreana pode representar algum tipo de herança familiar. A família Kim se mantém por um delicado equilíbrio de poder entre os vários setores da burocracia.

Chamamos o Estado norte-coreano de Estado operário deformado, porque a coerência e a sobrevivência das formas de propriedade sob as quais ele reside pertence inteiramente à classe trabalhadora. Acreditamos que, para além do domínio da burguesia, a classe trabalhadora é a única capaz de estabelecer o seu próprio poder em longo prazo. Os coveiros stalinistas, que compartilham responsabilidade pelo estrangulamento da revolução coreana, foram capazes (em uma dentre cem oportunidades traídas) de expropriar a burguesia, em um país atrasado, através de métodos militares e burocráticos. Mas são incapazes em absoluto de desenvolver a revolução permanente, de usar isto como uma forma de alavancar a revolução mundial. Limitam-se à sua "autossuficiência" sob a pressão imperialista, isolamento e pobreza material. Essa situação não pode durar para sempre e a cada ano criam-se novas brechas que facilitam o objetivo dos restauracionistas. Só os caminhos da revolução de Outubro – a única revolução proletária vitoriosa até hoje – podem servir de exemplo ao objetivo dos trabalhadores na Coréia. "A luta não terminou".

Pela reunificação revolucionária da Coréia!

Os revolucionários em todo o mundo devem lutar pelo fim da aberração criada pela Guerra da Coréia – um país dividido em dois. Mas a reunificação capitalista da Coréia, como desejam os imperialistas, só pode significar a contrarrevolução. Os trabalhadores da Coréia do Sul e do Norte devem buscar ***confraternizar e lutar pela revolução social no Sul, que derrube o capitalismo, e pela revolução política no Norte, para manter o essencial da base econômica e derrubar a burocracia que a usurpa, estabelecendo a democracia proletária em toda a península***. Os trotskistas devem lutar pela reunificação revolucionária do país, o que poderia levantar a classe trabalhadora no mundo inteiro a partir do exemplo dado.

É tarefa dos trabalhadores na Coréia do Sul, do Norte e em todos os outros países defender o Estado norte-coreano contra qualquer tentativa, interna ou externa, de restabelecimento do capitalismo. Nisso, pode ser necessário entrar em blocos militares temporários com setores da burocracia norte-coreana, que pelos seus próprios interesses parasitas, queiram defender as bases sociais coletivizadas. Esta tarefa dos trotskistas também inclui a defesa dos

direitos da Coréia do Norte de possuir armas nucleares como forma de se defender das pressões imperialistas.

Mas os métodos dos trabalhadores não podem ser os métodos policiais da burocracia. A forma suprema de defender (e estender) as conquistas sociais é não ter nenhuma confiança na burocracia dirigida por Kim, nem na sua capacidade de defender de forma consequente os trabalhadores e seus interesses sociais e democráticos. A burocracia é uma casta instável que cria as condições para o seu próprio fim, facilitando o trabalho dos imperialistas. Os trabalhadores só podem reagir contra isso preparando a sua revolução. Os trotskistas na Coréia devem se declarar abertamente como o partido da democracia proletária. Sua meta deve ser construir, nas lutas, um ***partido revolucionário de trabalhadores***, no Norte e no Sul, como parte de uma Quarta Internacional a ser reconstruída. Essa a melhor forma de avançar para que a classe trabalhadora coreana esteja preparada, quando a oportunidade surgir, de retomar a sua história revolucionária após quase 60 anos do fim da guerra que dividiu o seu país.